

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021



essencial
PARA CUIDAR DA NOSSA ÁGUA

DEZEMBRO 2021

APRESENTAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (Consórcio PCJ), desde sua fundação, em 1989, vem publicando a cada biênio, um Relatório contendo o detalhamento das atividades realizadas no período.

No Relatório de Atividades 1991/1992 se enalteceu um trabalho fantástico de articulação em parceria, para permitir a promulgação da Política Estadual dos Recursos Hídricos - SP (Lei 7.663/91), que permitiu detalhar na abrangência de 1993/1994 a criação do Comitê PCJ-SP. Depois vieram as criações das Redes de Organismos de Bacias (Brasil, Latino e Internacional), a Política Nacional dos Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), Agência Nacional de Águas (ANA), participação junto ao Conselho Nacional dos Recursos Hídricos (CNRH) e Conselho Mundial da Água (WWC) e inúmeras outras. As novidades afluem progressivamente, ano a ano.

Inicialmente com um perfil agerido de Associação Civil de Direto Privado, ou seja, uma Associação de Usuários da Água, o Consórcio PCJ foi incorporando desafios, assumindo como geração expontânea a missão de “Entidade Essencial” e “Incubadora de Novas Entidades”.

Ao longo dos anos ocorreram algumas adequações nos “Programas Tradicionais da Entidade”, bem como foram surgindo alguns acréscimos extemporâneos, como ocorreu no período compreendido entre 2006 e 2010, quando o Consórcio PCJ, em contribuição aos Comitês PCJ, exerceu a função de Agência de Bacias, tendo inclusive criado a “Fundação Agência das Bacias PCJ”, para substituí-lo em seu pioneiro desafio. Nessa ocasião existiu um programa intitulado “Agência de Bacias”.

Couberam aos seus relatórios o registro da exitosa experiência da criação da “Agência de Regulação Ares PCJ”. Foi mais um grande desafio, com sucesso, provocado pela Política Nacional de Saneamento, oficializada em 2010.

Atendendo a solicitação das empresas Associadas, passou a ser produzido ao final do primeiro ano do Biênio, um “Relatório Síntese” das atividades do ano. Nesse contexto estamos apresentando o presente “Relatório”, com muita alegria.

Temos a comemorar que a Entidade permaneça na vanguarda do atendimento as grandes novidades. Na atualidade o foco está voltado para a construção dos Reservatórios Regionais (Duas Pontes – Rio Camanducaia – Amparo/SP; Jaguari – Rio Jaguari – Pedreira/SP e Piraí – Ribeirão Piraí – Salto/SP), associado ao presente debate para a criação do Sistema Adutor Regional que levará a água dos Reservatórios de Amparo e Pedreira para a Bacia do rio Atibaia. Aborda, também, a Lei da Regionalização do Saneamento, a Crise Hídrica 2021, entre outras.

A missão do Consórcio PCJ é integrar todos os setores da sociedade em prol da gestão eficiente da água, do saneamento, e do meio ambiente, contribuindo para uma sociedade mais justa, economicamente viável e sustentável, que respeite a água em todos os seus usos e potenciais, em atenção às mudanças climáticas.

Assim sendo, registramos os agradecimentos aos nossos Associados pela confiança depositada na Entidade, pela presença e parceria, que permite vencermos tantos desafios e obstáculos.

Mario Celso Botiom

Presidente do Consórcio PCJ

CONSELHO DE ASSOCIADOS

Municípios



Empresas



DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Coordenação Geral: Francisco Carlos Castro Lahóz (Secretário Executivo)

Responsável: Jussara Cordeiro Santos (Subsecretária Executiva e Gerente Administrativa - até março/2022)

Equipe: Silmara Nonato (Auxiliar Administrativa) e Maria Dalila Ferreira de Alencar (Encarregada Administrativa)

Atividades:

- Desempenho de rotinas administrativas e financeiras de forma transparente, visando atender e informar ao associado, conselhos e demais interessados, o andamento da gestão administrativa e financeira da entidade, através de elaboração de demonstrativos financeiros, contratação de Auditorias Externas, publicação de informações importantes no site da entidade, dentre outros instrumentos.
- Promoção de sinergia entre os departamentos administrativo e jurídico com a finalidade do atendimento às Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- Articulação entre os departamentos administrativo e jurídico para subsidiar a elaboração de instrumentos de contrato e outros documentos necessários;
- Interlocução permanente com as prefeituras (Francisco Carlos Castro Lahóz) e com as empresas (Jussara Cordeiro Santos) associadas;
- Atualização dos contatos pertinentes à atuação da entidade, com observância à Lei Geral de Proteção de Dados;
- Organização de reuniões dos Conselhos, previstas em Estatuto, para atendimento a legislação e burocracia vigentes;
- Acompanhamento dos serviços contábeis para a elaboração dos Balanços Patrimoniais, gerenciamento dos bens patrimoniais e manutenção da infraestrutura física, equipamentos e veículos;
- Aplicação de Programas de Controles pertinentes às rotinas de gestão de pessoal.

DEPARTAMENTO JURÍDICO

Coordenação Geral: Mário Celso Botion (Presidente e Prefeito de Limeira/SP)

Responsável: Lilian Cristina de M. Guimarães Bozzi (Assessora Jurídica)

Atividades:

- Apoio ao Presidente, Secretário Executivo, Subsecretária e Gerente Administrativa, e Gerente Técnica;
- Elaboração de minutas de editais de licitação;
- Acompanhamento da tramitação dos processos licitatórios, em todas as suas fases;
- Elaboração de contratos, acordos, convênios e outros ajustes;
- Acompanhamento e instrução de processo junto ao Tribunal de Contas em todas as suas fases;
- Suporte jurídico em reuniões do Consórcio PCJ, quando solicitado;
- Representação judicial do Consórcio, mediante procuração específica do Presidente.

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Coordenação Geral: Francisco Carlos Castro Lahóz (Secretário Executivo)

Responsável: Murilo Ferreira de Sant'Anna (Gerente de Sensibilização e Comunicação)

Atividades:

- Manutenção e atualização do site e domínio do Consórcio PCJ (<https://agua.org.br>);
- Gestão das mídias sociais da entidade (Facebook, Youtube, Instagram, Twitter, LinkedIn);
- Criação e acompanhamento de ferramenta de comunicação corporativa (whatsapp);
- Elaboração de releases, campanhas de comunicação e publicações em geral;
- Diagramação e arte final de publicações impressas e digitais;
- Desenvolvimento e publicação do Informativo e Newsletter Água Viva;
- Relacionamento com os veículos de imprensa;
- Acompanhamento da repercussão das informações divulgadas na imprensa (clipagem);
- Gerenciamento das informações prestadas pelos funcionários sobre as atividades desenvolvidas pelo Consórcio PCJ e correção de eventuais fatos publicados equivocadamente que possam prejudicar a imagem da entidade;
- Manutenção do relacionamento com as assessorias de imprensa dos municípios e empresas associados, visando trabalho conjunto;
- Divulgação das atividades desenvolvidas pelo Consórcio PCJ nos mais diversos canais de comunicação.

DEPARTAMENTO TÉCNICO

Coordenação Geral: Francisco Carlos Castro Lahóz (Secretário Executivo)

Responsável: Andréa Borges (Gerente Técnica)

Equipe: José Cezar Saad (Coordenador de Projetos), Eduardo Paniguel Oliveira (Assistente de Projetos) e Flávio Forti Stenico (Assessor do Secretário Executivo)

Atividades:

- Desenvolvimento de ações e projetos, divididos nos 10 programas de atuação da entidade, auxiliando na elaboração do plano e do relatório de atividades;
- Atendimento às demandas dos municípios e empresas associados (plantão de dúvidas);
- Acompanhamento de editais, visando a captação de recursos financeiros para as ações inerentes aos programas;
- Propositura de manifestações, moções e emendas aos Projetos de Leis em elaboração ou em tramitação nas esferas federal e estaduais;
- Planejamento de ações voltadas à gestão dos recursos hídricos, a serem desenvolvidas no âmbito regional, estadual, nacional e internacional;
- Representação da entidade em órgãos colegiados, comissões e câmaras técnicas;
- Estabelecimento de contatos, convênios, e acordos de cooperação, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- Acompanhamento e gestão de projetos, contratação de terceiros, autorização de pagamentos e emissão de ordens de serviço;
- Participação em reuniões, seminários, e eventos técnicos, defendendo as propostas do Consórcio PCJ e divulgando as ações desenvolvidas pela entidade;
- Apresentação de trabalhos e realização de palestras em congressos e demais encontros técnicos.

A seguir, estão listadas as atividades propostas para cada um dos 10 Programas de Atuação do Consórcio PCJ.

GESTÃO E POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

Orientação: Hamilton Bernardes Junior (Prefeito de Pedreira/SP)

Coordenação: Francisco Carlos Castro Lahóz (Secretário Executivo)

Assessoria: Lilian Cristina de M. G. Bozzi (Assessora Jurídica) e Flávio Forti Stenico (Assessor do Secretário Executivo)

Ação Prioritária:

- **Auxiliar os associados como interlocutor na agilização de processos relacionados a emissão de outorgas, licenças e ações afins, visando viabilizar a construção de reservatórios municipais, bacias de retenção, cisternas, poços, entre outros.**

Ao longo do ano de 2021 o Consórcio PCJ realizou diversas ações institucionais e reuniões estratégicas junto aos organismos gestores buscando ampliar debates e interlocuções para esclarecimentos e agilização de outorgas, licenças e implementação de empreendimentos que atendessem aos anseios regionais e demandas dos municípios e empresas associados, principalmente



quanto a gestão dos recursos hídricos. O Consórcio PCJ manteve canal de diálogo e interlocução aberto com seus principais parceiros, a destacar: DAEE-BMT, DAEE-SP, CETESB, SIMA, ARES PCJ, Agência PCJ, Comitês PCJ, GAEMA PCJ-MP, CNRH, ANA, entre outros.

Como destaque enfatizamos interlocuções realizadas junto a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), Comitês das Bacias PCJ, Ministério Público – GAEMA PCJ, entre outros, a fim de viabilizar entendimentos que permitiram avançar nos temas relacionados a liberação de outorga para a implantação do Reservatório de Duas Pontes no município de Amparo/SP, revogação de liminar permitindo retomada de suas obras e entendimentos para ações de tratamento dos efluentes dos Municípios de Amparo e Monte Alegre do Sul, localizados a montante do reservatório.

Durante Reunião Plenária do Consórcio PCJ, realizada dia 29/04, foram apresentados por representantes do próprio DAEE as novidades quanto ao andamento das obras das Barragens de Duas Pontes, em Amparo/SP, e Pedreira, em Pedreira/SP, contendo

informações pertinentes aos avanços nas tratativas para universalização do tratamento de esgoto nos municípios de Amparo e Monte Alegre do Sul, inclusive com apresentação da proposta de unidade de tratamento do Rio Camanducaia, que será instalada na área de remanso do reservatório, para tratar a água do rio por meio da flotação. Essa tecnologia de tratamento no rio será uma alternativa de solução pioneira nas Bacias PCJ.

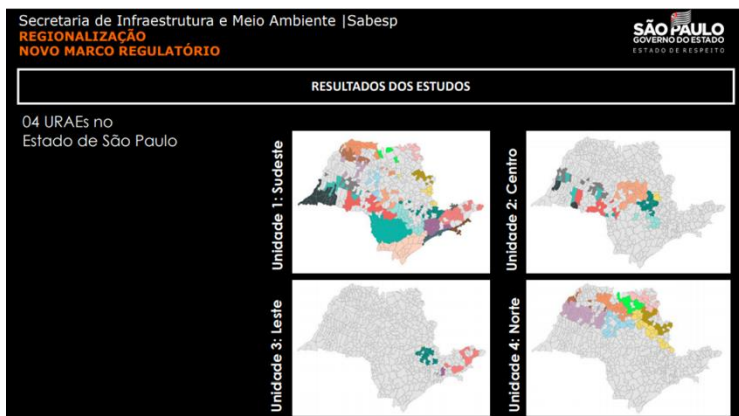
No âmbito estratégico regional o Consórcio PCJ também atuou ao longo de 2021 orientando e disponibilizando aos seus Associados minutas de ofícios, documentos, estudos existentes e contatos institucionais a fim de auxiliar no encaminhamento de pleitos para agilização de processos de outorgas e recursos para implementação de empreendimentos, entre outros. Podemos destacar articulação institucional e reuniões de esclarecimentos com os municípios da Bacia do rio Capivari sobre os problemas de abastecimentos e inundações ali existentes. A Entidade está contribuindo com a Fundação Agência de Bacias PCJ na contratação de Plano de Macrodrenagem para a Bacia do Rio Capivari, localizando estudos já existentes e disponibilizando as informações aos envolvidos visando acelerar o processo em busca de soluções. O Secretário Executivo do Consórcio PCJ esteve no dia 17/11/2021 no DAEE em São Paulo, assessorando os Prefeitos dos municípios de Capivari, Rafard e Monte Mor em reunião com o Superintendente Francisco Eduardo Loducca, para tratar de soluções para a Bacia do Rio Capivari. Dentre os assuntos tratados, o Superintendente do DAEE abriu a possibilidade para que seja realizado o desassoreamento da calha do Rio Capivari através do Projeto “Rios Vivos”, incluído no Programa “Água é Vida”. O Sr. Loducca ficou de recomendar à sua Equipe a análise do Estudo mencionado, pelo Consórcio PCJ, onde poderá surgir a possibilidade da indicação da construção de um reservatório para usos múltiplos para a Bacia do rio Capivari.

Também foi realizada interlocução junto ao município de Piracaia fomentando o pleito para desassoreamento de trecho do rio Cachoeira, localizado a jusante de um dos reservatórios do Sistema Cantareira, entre outros pleitos relacionados ao apoio a municípios na tentativa de acesso a recursos provenientes do “Programa Água é Vida”, lançado pelo Governo do Estado em outubro de 2021.

Atividades Complementares:

- Acompanhar a tramitação de projetos de Lei sobre Recursos Hídricos.

Buscando auxiliar os Associados sobre novos temas relacionados as legislações de recursos hídricos e saneamento o Consórcio PCJ manifestou publicamente preocupação e solicitação de providências aos organismos gestores quanto a tramitação em regime de urgência do PL 251/2021 que dispunha sobre a criação de unidades regionais de saneamento (URAE's), atendendo a uma diretiva da Lei 14.026/2020, a Política Nacional de Saneamento Básico.



O tema foi debatido inicialmente em reunião Plenária Consórcio PCJ ocorrida no dia 29/04, quando foram anunciados mais detalhes sobre o Projeto de Lei 251/2021 e as preocupações quanto suas implicações legais. Após esse primeiro debate a Entidade se

articulou institucionalmente e promoveu capacitação de seus associados com realização de debates sobre o tema e uma série de encontros e participações estratégicas em reuniões e audiências públicas, posicionando-se em defesa dos interesses de seus associados.

A partir de maio o Consórcio PCJ intensificou a realização de reuniões técnicas de esclarecimento sobre o PL 251/2021 e suas implicações legais junto aos Prefeitos, Diretores dos Serviços de Água Associados e membros do Conselho Fiscal. Foram realizadas articulações com os membros da Família PCJ (ARES-PCJ, Agência PCJ, Comitês PCJ) e Ministério Público (GAEMA-PCJ) para encaminhamento de ofícios, moções e manifestação oficial de preocupação quanto as implicações do PL 251/2021 aos representantes do Governo do Estado, Assembleia Legislativa (ALESP) e Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA). Tal articulação regional promovida pelo Consórcio PCJ viabilizou a realização de um webinar promovido pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, dia 10/05, para debate e esclarecimentos a respeito da proposta do PL 251/2021. Articulações institucionais realizadas junto aos Deputado Carlos Eduardo Pignatari – Presidente da ALESP, e com os Secretários da mesa, os Deputados Rogério Nogueira e Luiz Fernando Ferreira, permitiram que o Consórcio PCJ também recebesse convite com direito a fala em Audiência Pública da ALESP, referente ao PL 251.



No dia 13/05/2021 o Consórcio PCJ participou de Audiência Pública promovida pela ALESP com pauta de debate sobre o Projeto de lei nº 251, de 2021, que “dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico”. Além das preocupações quanto a regionalização dos municípios

por blocos que não atentam as UGRHs como unidades de gerenciamento, o Consórcio PCJ também pontuou durante a Audiência Pública sobre as dúvidas existentes quanto a governança interfederativa dos blocos, suas implicações técnicas e jurídicas quanto a adesão ou não adesão dos municípios ao modelo ora proposto, e que isso deve ser levado em conta na viabilidade financeira para sustentabilidade das estruturas e instrumentos de gestão já existentes, alertando para conflitos que poderiam vir a surgir nessa estrutura proposta mediante blocos tão dispersos.

Mesmo diante das inúmeras incertezas e dúvidas existentes o Estado de São Paulo aprovou, por meio do Projeto de Lei nº 251/2021, em caráter de urgência, a criação da Lei nº 17.383/2021 em 05 julho de 2021, que instituiu as unidades regionais de saneamento básico (URAE's) para o Estado de São Paulo.

Buscando continuar auxiliando seus municípios Associados para tomada de decisão a um tema tão complexo e importante, o Consórcio PCJ realizou a contratação de serviços de consultoria multidisciplinar oferecidos por instituição de ensino superior (EESC-USP), para que possam ser realizadas as análises sob diversos aspectos, dos impactos que serão gerados pela forma de regionalização criada pela Lei nº 17.383/21, as vantagens e desvantagens técnicas, econômicas e jurídicas, a fim de que os Municípios associados ao Consórcio PCJ possuam subsídios, estudos e cenários possíveis para a tomada de decisão sobre a adesão ou não adesão às Unidades Regionais de Saneamento.

- Participação nas ações e deliberações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e respectivas Câmaras Técnicas, assim como Congressos e Conselho de Administração da Fundação Agência de Bacias PCJ.



Como entidade titular no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) junto ao Segmento das Organizações Não Governamentais (ONG), tendo como primeiro suplente o Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas – FONASC, e segundo suplente a ONG

ECOANZOL, o Consórcio PCJ tem mantido participação ativa junto às Reuniões colegiadas e discussões das Câmaras Técnicas do CNRH.

O Consórcio PCJ é a única entidade representante das Bacias PCJ no Conselho Nacional dos Recursos Hídricos nesse mandato 2019/2023, já que no segmento dos Comitês

foram eleitas outras regiões hidrográficas, como: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco como titular; Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piancó-Piranhas-Açu como primeiro suplente; e o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande como segundo suplente.

Cabe ressaltar que o CNRH é a instância máxima na hierarquia do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, instituído pela Lei nº 9.433, de 1997. O colegiado desenvolve regras de mediação entre os diversos usuários da água, sendo um dos grandes responsáveis pela implantação da gestão dos recursos hídricos no território nacional, evidenciando a importância da vaga ocupada atualmente pelo Consórcio PCJ.

Ao longo do ano de 2021 o Consórcio PCJ participou de todas as reuniões do CNRH, mantendo representatividade por meio de seus indicados e atento as novidades e assuntos pertinentes a gestão dos recursos hídricos e saneamento em 5 importante Câmaras Técnicas do Conselho Nacional, a destacar: CTAL - Câmara Técnica de Assuntos Legais; CTPA - Câmara Técnica de Planejamento e Articulação Intersectorial; CTOC – Câmara Técnica de Outorgas e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos; CTECT – Câmara Técnica de Educação, Informação e Ciência e Tecnologia; CTSB – Câmara Técnica de Segurança de Barragens

Buscando ampliar a contribuição do Consórcio PCJ junto a gestão e política de recursos hídricos do Brasil o Secretário Executivo da Entidade, Francisco Lahóz, participou em agosto de 2021, como palestrante do IV Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas do Espírito Santo (ECOB/ES). O Evento foi uma realização do Fórum Capixaba de Comitês de Bacias Hidrográficas, com o apoio da Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh) e do Fórum Nacional de Comitês de Bacias.

O objetivo do ECOB/ES foi promover discussões e capacitar os membros do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (Sigerh/ES), ao propiciar um diálogo com a sociedade sobre os temas relacionados à gestão de recursos hídricos.

Além de representantes dos 14 Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) do Estado, participaram como principais palestrantes e debatedores do evento o Diretor Presidente da Agência Estadual de Recursos Hídricos, Fábio Ahnert; o Coordenador do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, Hideraldo Buch; o Secretário Executivo do Consórcio PCJ, Francisco Lahóz; o Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

(ANA), Humberto Gonçalves; e o Especialista em recursos hídricos da Coordenação de Sustentabilidade Financeira e Cobrança da ANA, Marco Antonio Mota.

Em sua participação Lahóz debateu sobre desafios e resultados da implementação dos Planos de Recursos Hídricos e Enquadramentos das bacias hidrográficas; os desafios para a cobrança pelo uso da água ao contextualizar os processos de implantação da Cobrança Voluntária nas Bacias PCJ; a implantação de Agências de Bacias, entre outros assuntos. Ao final do evento o Consórcio PCJ também contribuiu com Assembleia Geral que elaborou Carta do IV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, ao registrar os compromissos firmados durante o ECOB/ES.

PLANEJAMENTO E SUSTENTABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES HÍDRICAS

Orientação: Luciano Santos Tavares de Almeida (Prefeito de Piracicaba/SP)

Coordenação: Francisco Carlos Castro Lahóz (Secretário Executivo)

Assessoria: Flávio Forti Stenico (Assessor do Secretário Executivo)

Ação Prioritária:

- Interlocução com organismos gestores e órgãos de fiscalização visando a agilização do processo de construção das Barragens de Pedreira e Duas Pontes, localizadas nos rios Jaguari e Camanducaia, respectivamente, assim como do Sistema Adutor Regional.

Sabendo de sua importância para ampliação da disponibilidade hídrica regional e sustentabilidade hídrica futura, o Consórcio PCJ tem acompanhado de perto o andamento das obras das barragens de Duas Pontes, no Rio Camanducaia (Amparo/SP), e de Pedreira, no Rio Jaguari (Pedreira/SP).



Consideradas como uma das últimas possibilidades de reservatórios regionais de água, internas às bacias do PCJ, as Barragens de Pedreira e Duas Pontes são obras estratégicas para garantir a ampliação da disponibilidade hídrica e desenvolvimento para a região, além da regularização da vazão dos rios Jaguari e Camanducaia em épocas de chuva e de estiagem. Os principais municípios beneficiados diretamente pelas vazões regularizadas pelos reservatórios de Pedreira e Duas Pontes são: Pedreira, Jaguariúna, Holambra, Paulínia, Cosmópolis, Limeira, Americana e Piracicaba, localizados na própria calha desses mananciais.

A **Barragem de Pedreira** está sendo implantada no rio Jaguari, com início de suas obras em janeiro de 2019, integrando áreas dos municípios paulistas de Pedreira e Campinas. A implantação da barragem tem como objetivo principal aumentar a disponibilidade hídrica na bacia do rio Jaguari, permitindo o fornecimento de água de forma mais segura à população dos municípios que se abastecem a jusante dos barramentos, principalmente em época de estiagem prolongada. O investimento previsto para execução total da obra é de R\$ 230.918.040,12 e até o momento já foram executados aprox. 36% das obras. A previsão para conclusão do Reservatório de Pedreira é dezembro de 2022.

A **Barragem de Duas Pontes** está sendo implantada no rio Camanducaia, na área do município paulista de Amparo e teve suas obras retomadas em janeiro de 2021. Assim como na Barragem Pedreira, a implantação do barramento tem como objetivo principal aumentar a disponibilidade hídrica nas Bacias PCJ. O investimento previsto para sua execução total é de R\$ 196.096.074,91 e até o momento já foram executados 27% das obras. A previsão para conclusão/enchimento do Reservatório de Duas Pontes é dezembro de 2022.



As barragens de Duas Pontes e Pedreira deverão prover vazões regularizadas de 8,72 m³/s e 8,46 m³/s, respectivamente (com 98% de garantia), aumentando as vazões firmes disponíveis nos rios Camanducaia e Jaguari em cerca de 9 m³/s para jusante.

Como ações condicionantes ao enchimento dos barramentos foram realizados DAEE-SP abertura de processos para concorrência pública DAEE-PRC-2021/00096 e DAEE-PRC-2021/00163 para execução de serviços relativos aos estudos conceituais, projetos básicos e projetos executivos para adequação e construção do sistema de tratamento de efluentes dos municípios de Amparo/SP, Monte Alegre do Sul/SP e Distritos, para atender as exigências quanto aos padrões de lançamento no Rio Camanducaia, conforme resolução CONAMA nº 357/05 com eficiência mínima de 96% de abatimento de fosforo total.

A entidade também tem acompanhado e realizado interlocuções para auxiliar na viabilização de licenças e estudos complementares para construção de outros importantes empreendimentos regionais das Bacias PCJ, como os Reservatório do Ribeirão Piraí (Salto e Indaiatuba), Reservatório da Bacia do Corumbataí (Ipeúna e Rio Claro) e implantação do Sistema Adutor Regional – SAR PCJ.

O Sistema Adutor Regional das Bacias PCJ (SAR-PCJ) é um empreendimento de segurança hídrica associado às barragens de Duas Pontes e Pedreira. Diferentemente destas barragens, que já estão em estágio mais avançado de implementação, o SAR ainda está em estágio de estudos de concepção e viabilidade.

O SAR será um empreendimento capaz de transferir geograficamente os volumes de água armazenada pelos reservatórios de Pedreira e Duas Pontes para os municípios que não são diretamente banhados pelos rios que terão suas vazões regularizadas pelos reservatórios, principalmente para os municípios ao longo da calha dos rios Atibaia, Capivari e Jundiaí. Diante de sua complexidade, dos altos custos de implantação,

manutenção e operação, surgiram muitas dúvidas quanto sua real viabilidade junto às Bacias PCJ.

Buscando auxiliar o Governo do Estado o Consórcio PCJ assumiu liderança institucional para interlocução do tema junto aos organismos gestores e municípios da região. Com apoio do Consórcio PCJ o Governo de São Paulo, através da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), realizou no dia 23 de agosto de 2021 reunião de esclarecimentos junto aos prefeitos e lideranças das Bacias PCJ para apresentar mais informações sobre o Sistema Adutor Regional, e realizar combinados e acordos sobre procedimentos de debate e contribuição a tomada de decisão quanto a elaboração de Termos de Referência para concepção final do SAR-PCJ.

Participaram desse encontro o Presidente do Consórcio PCJ e prefeito de Limeira (SP), Mário Botion, o Presidente dos Comitês PCJ e prefeito de Piracicaba (SP), Luciano Almeida, a Presidente da ARES PCJ e Prefeita de Valinhos (SP) Capitã Lucimara, o prefeito de Campinas (SP), Dário Saad, o vereador de Campinas e membro do Conselho Fiscal do Consórcio PCJ, Luis Carlos Rossini, o Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, Sérgio Razera, o Secretário Executivo do Consórcio PCJ, Francisco Lahóz, e demais representantes do corpo técnico do Consórcio PCJ, Comitês PCJ e ARES-PCJ. Pelo Governo estadual, estiveram presentes o Subsecretário de Infraestrutura e Meio Ambiente de SP, Cassiano Quevedo Rosas de Ávila, o Secretário Executivo da SIMA, Luiz Ricardo Santoro, o Coordenador de Recursos Hídricos do Estado, Rui Brasil Assis, o Superintendente do Departamento de Água e Energia Elétrica de São Paulo (DAEE), Francisco Eduardo Loducca, e a gerente socioambiental, Ligia Oliveira, além do arquiteto Tibério Valsecchi Junior do Consórcio CPC, responsável pela construção das barragens.

Durante a reunião o Governo do Estado assumiu compromisso de iniciar a discussão com as Bacias PCJ no segundo semestre de 2021, para que os municípios e lideranças possam participar das decisões sobre traçados e, então, ainda no fim desse ano abrir a licitação para contratação da empresa que fará os estudos que deverão durar 18 meses. Buscando formalizar a criação de Grupo Técnico e Institucional para debater o tema do SAR-PCJ junto a lideranças das Bacias PCJ, DAEE e SIMA, o Consórcio PCJ encaminhou Ofício SE: 069/2021, em setembro de 2021, com a indicação dos nomes e contatos das lideranças que participarão das discussões.



Ao longo dos meses de outubro e novembro o Consórcio PCJ realizou uma série de reuniões estratégicas junto aos gestores dos serviços de água dos municípios a serem

atendidos pela proposta do SAR-PCJ, a fim de levantar demandas e gargalos e agilizar os processos para apresentar propostas mais assertivas junto ao DAEE e SIMA para viabilização do Termos de Referência do SAR-PCJ. Todas as informações obtidas junto aos municípios foram organizadas em um relatório que foi entregue durante reunião realizada no Gabinete do DAEE-SP, dia 18 de novembro de 2021, contendo resumo dos principais contatos realizados e informações levantadas para embasamento de planejamento estratégico para tomadas de decisão e negociação junto aos organismos gestores quanto a busca por alternativas de solução para as demandas existentes, assim como para propostas a serem apresentadas e estudadas junto a concepção do Sistema Adutor Regional SAR-PCJ.

Atividades Complementares:

- Fomentar a implantação de Piscinões Ecológicos, reservatórios municipais de água bruta, dentre outras soluções visando o aumento da disponibilidade hídrica nos municípios associados.

Diante da forte estiagem que atinge a região das Bacias PCJ e seus reflexos mais intensos a serem sentidos entre os anos de 2021/2022, o Consórcio PCJ intensificou a divulgação de suas recomendações para ações relacionadas ao armazenamento de água no meio rural e urbano, através do fomento a execução de bacias de retenção, sistemas de captação de água de chuva, piscinões ecológicos e reservatórios municipais plantios ciliares, desassoreamentos, preservação de mananciais, recarga do lençol freático, entre outras ações que garantam maior resiliência aos eventos extremos.

Logo no início do ano, nos meses de janeiro a março, foram divulgadas pelo Consórcio PCJ Notas de Alerta sobre a eminência de uma forte estiagem, principalmente com a constatação de que o primeiro trimestre de 2021, que é o período chuvoso, foi marcado por escassez de chuvas (30% a menor) e baixa recuperação dos mananciais nas Bacias PCJ.

O Consórcio PCJ também divulgou e disponibilizou a seus associados, principalmente aos Gestores Públicos, Diretores dos Serviços de Água e Vereadores do Conselho Fiscal uma série de documentos, cartilhas, boletins elaborados pela Entidade que trazem diversas informações sobre a gestão dos recursos hídricos e suas especificidades, orientações sobre disponibilidade hídrica regional e características das Bacias PCJ,



contendo diretrizes a serem seguidas tanto pelos vereadores como administração municipal, que visam o fomento e planejamento de ações ou atividades em prol da implementação de políticas públicas eficientes relacionadas a gestão da água, saneamento e meio ambiente. Foram amplamente divulgados:

- **“Os 30 Mandamentos da Estiagem e Combate a Covid 19”** que orienta sobre práticas estruturais e não estruturais para garantir a segurança hídrica dos municípios e a saúde da população no que tange assuntos ligados ao saneamento e fiscalização dos cursos d’água;
- **“22 Metas para a Sustentabilidade Hídrica Futura Frente aos Desafios Climáticos”** que orienta sobre política públicas a serem adotadas pelos municípios como forma de ampliar a resiliência aos eventos climáticos extremos, tais como incentivo a legislações ambientais de âmbito municipal como PSA, tecnologias verdes e de uso racional da água, Políticas de Educação Ambiental, entre outras.
- **“Guia de Informações sobre Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente”** que apresenta explicação resumida contendo link de acesso aos principais sites das diferentes Instituições e suas respectivas atribuições junto ao Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente das Bacias PCJ e Brasil.
- **“Cartilha de Orientação e Sensibilização sobre o Sistema Cantareira e cenários 2021”**, lançada em fevereiro de 2021, que aborda toda a temática da disponibilidade hídrica regional, mudanças climáticas e características do principal manancial e municípios envolvidos, assim como orientações para ações locais e regionais em prol da ampliação da disponibilidade hídrica.

Buscando auxiliar os municípios Associados em ações emergências frente as demandas relacionadas a forte estiagem que atingiu as bacias PCJ, o Consórcio PCJ encaminhou em setembro de 2021 uma série de documentos e materiais complementares que serviram de apoio aos Dirigentes de Serviços de Água e Vereadores para discussão de propostas junto ao Município na elaboração de “Decretos, Resoluções ou Declaração de Situação de Emergência Hídrica” a fim de reduzir o consumo de água e permitir ações pela Prefeitura e/ou Serviços de Água relacionadas a proibição do uso de água tratada para atividades menos nobres, como por exemplo a irrigação de jardins, lavagem de calçadas, pátios, quintais, telhados, carros, enchimento de piscinas, entre outros, podendo ser adotados também Planos Emergenciais de Contingência ao Consumo de Água assim como aplicação de multa aos usuários que desperdiçarem água.

Com o objetivo de ampliar os debates em torno do tema e sensibilizar os gestores sobre a problemática da água e necessidade de ações para seu uso eficiente e racional o Consórcio PCJ também promoveu, em agosto



de 2021, o encontro denominado de “Plantão Técnico Estiagem 2021” a fim de alertar os representantes das empresas e prefeituras associados sobre os cenários existentes, tirar dúvidas sobre a vazão e volume dos principais mananciais da região e orientar sobre procedimentos de desassoreamento e possíveis ações a serem desenvolvidas pelas empresas, municípios e serviços de água a fim de minimizar os impactos futuros.

O evento contou com os esclarecimentos da equipe técnica do Consórcio além da participação do diretor da Regional Médio Tietê do Departamento de Água e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), Felipe Gobet de Aguiar, e da responsável pelo Centro de Gerenciamento de Recursos Hídricos dessa Diretoria, Sarah Janaína Menuzzo Quental.

Ao longo do ano de 2021 o Consórcio PCJ participou de uma série de eventos e debates junto a sociedade civil com a finalidade de ampliar a conscientização sobre a estiagem, sensibilizar sobre o uso eficiente da água e fomentar ações de ampliação da disponibilidade hídrica, como a implantação de reservatórios regionais e municipais, piscinões ecológicos, plantios ciliares, desassoreamentos, recarga de aquíferos, entre outros. Dentre essas participações podemos destacar:

Participação em debates da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Municipal de



Campinas, em junho de 2021, para discutir os efeitos da estiagem na região e as medidas de enfrentamento e a mitigação das consequências. O encontro contou com a presença de Sidnei Furtado, Diretor da Defesa Civil de Campinas; Francisco Lahoz, Secretário Executivo do Consórcio PCJ e Flávio Forti Stenico, Assessor Técnico do Consórcio PCJ.

Os representantes do Consórcio PCJ esclareceram pontos importantes quanto a disponibilidade hídrica regional, escassez de chuvas e baixa recuperação dos mananciais da região para o período de 2021. Atentaram também para ações estruturais e não estruturais que possam ser desenvolvidas pela comunidade e Prefeituras Municipais para superação da Estiagem, como ações de Educação e Conscientização sobre o uso sustentável da água, adoção de tecnologias inteligentes e eficientes em indústrias, prédios públicos e áreas rurais, além do combate a perdas e construção de reservatórios estratégicos para ampliação da disponibilidade hídrica. Também foram esclarecidas algumas dúvidas quanto ao andamento das obras das Barragens de Pedreira e Duas Pontes, extremamente importantes para abastecimento futuro das Bacias PCJ. A reunião foi transmitida ao vivo pela TV Câmara Campinas, com retransmissão simultânea nas redes sociais do Legislativo.

O Consórcio PCJ também participou, dia 08 de agosto, de *LIVE* organizada pelo Grupo Rio Claro no Facebook para discutir os efeitos da estiagem atual e seus possíveis impactos para o próximo ano, com risco de uma nova crise hídrica em 2022. Estiveram presentes o Presidente do Conselho Fiscal do Consórcio PCJ e vereador de Rio Claro, Júlio Lopes, e o secretário executivo da entidade, Francisco Lahóz, o superintendente do DAAE, Osmar da Silva Júnior, o coordenador da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ, Vinicius Rosa Rodrigues.

O Secretário Executivo do Consórcio PCJ atentou para a gravidade do momento e informou sobre municípios que já estavam enfrentando restrições do consumo de água devido à estiagem mais severa, orientou sobre algumas medidas de contingenciamento



que devem ser iniciadas imediatamente, como: parcerias com a Defesa Civil para o cadastramento de caminhões pipa para momentos de escassez extrema; identificação de cavas de mineração e análise química da água ali armazenada para possível uso em emergências, como já foi feito na crise de 2014/2015; mapeamento de reservatórios particulares na zona rural; cadastramento de empresas que aluguem tubulações de engate rápido para poder levar água de um ponto a outro; e combate às perdas visíveis com o apoio da população na busca por vazamentos nas residências e em locais públicos.

O Consórcio PCJ também atuou na avaliação do Estudo de Viabilidade para o Suprimento Hídrico da Bacia do Rio Corumbataí, elaborado pela Fundação Agência de Bacias PCJ em 2020, e passou a promover reuniões de esclarecimentos com os municípios dessa Bacia

Hidrográfica, auxiliando na compreensão das soluções apresentadas e na negociação com o Governo do Estado de São Paulo para a viabilização de recursos financeiros para a construção de um reservatório, visando garantia hídrica dessa Bacia para as próximas décadas. O Consórcio PCJ também mantém Termo de Cooperação firmado com o Consórcio Piraí, e vem acompanhando a importante conquista de liberação de recursos financeiros pelo Governo do Estado De São Paulo, através do Programa “Água é Vida”, para a conclusão do Reservatório do Ribeirão Piraí, que virá atender os municípios de Salto, Cabreúva, e Indaiatuba, o Aeroporto de Viracopos, entre outros usuários daquela região. Em complementação, a Secretaria Executiva vem divulgando aos Associados o Programa do Governo do Estado denominado “Água é Vida”, que prestigia ações de combate à estiagem, drenagem urbana e ações afins, com disponibilidade inicial de R\$ 400 milhões, auxiliando os Associados na elaboração de documentos para pleitear recursos do referido Programa.

- Dar continuidade às ações desenvolvidas pelo Grupo de Revitalização do Ribeirão Quilombo, assim como acompanhar os trabalhos da Comissão pela Recuperação da Represa de Salto Grande (Reservatório de Americana/SP).

Localizado na porção central das Bacias PCJ, o Ribeirão Quilombo atravessa uma área majoritariamente urbanizada e industrializada, percorrendo 54,7 km desde sua nascente em Campinas até sua foz em Americana, onde desagua no Rio Piracicaba, atravessando também os limites de território dos municípios de Nova Odessa, Sumaré, Hortolândia e Paulínia. O Projeto de Revitalização do Ribeirão Quilombo consiste em uma ação de mobilização regional para que os municípios priorizem em seus Planos de Governo atividades e projetos voltados a recuperação do manancial.

Em destaque, no dia 17 de junho de 2021 o Consórcio PCJ promoveu encontro digital de mobilização para recuperação do Ribeirão Quilombo. O Webinar (https://www.youtube.com/watch?v=G9LU_-NKorI) debateu os principais objetivos e resultados já alcançados em prol das ações de recuperação do manancial, tendo alcançado 114 visualizações. O webinar contou com a participação de importantes personalidades do “Grupo de Revitalização do Ribeirão Quilombo” que vêm contribuindo em apoio as ações que estão sendo realizadas.



O Sr. Carlos Zappia - Superintendente do Departamento de Água e Esgoto de Americana, debateu sobre as ações do município de Americana na interceptação e correção de pontos de lançamento de esgotos no Quilombo e modernização da ETE Carioba; a Sra. Elaine Sousa – Diretora de Licenciamento Ambiental e Gestão de Resíduos na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Hortolândia apresentou as ações desenvolvidas pelo município de Hortolândia no âmbito da criação de parques lineares e construção de reservatórios de amortização de cheias e Sra. Renata de Gasperi - Coordenadora de Tratamento de Esgoto da SANASA Campinas atualizou informações sobre a operação da Estação de produção de água de reuso (EPAR) Boa Vista, que utilizará membranas filtrantes para o tratamento avançado dos esgotos na região de cabeceira do Quilombo.



No dia 05 de outubro de 2021 o Projeto do Ribeirão Quilombo foi destaque durante o 23º Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – Encob 2021, promovido pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias

Hidrográficas – FNCBH em parceria com o Governo do Estado do Paraná, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo e do Instituto Água e Terra, com o apoio do Fórum de Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná.

Na ocasião foram apresentados o processo de planejamento e implantação do Projeto de Recuperação do Ribeirão Quilombo nas Bacias PCJ, com a apresentação alguns dos bons resultados que vem sendo observados na Bacia do Quilombo ao longo dos 3 anos de ações do Grupo de Revitalização, atendendo a temática de “Águas Urbanas”. Durante sua apresentação, Flávio Forti Stenico, Assessor da Secretaria Executiva, abordou os recentes avanços do projeto, principalmente na ampliação do tratamento de esgoto da sub bacia do Quilombo, com a inauguração da Estação Produtora de Água de Reuso (EPAR) Boa Vista, que fez Campinas alcançar a meta de 100% do esgoto tratado no município. Também foi abordado sobre os investimentos feitos em plantio de matas ciliares e a construção de reservatórios de macrodrenagem, especialmente na cidade de Hortolândia. O Consórcio PCJ segue atuando na organização e coordenação do Grupo de Revitalização do Ribeirão Quilombo, com o objetivo de continuar fomentando ações e articulando alternativas para soluções dos problemas existentes, a fim de avançar nos temas relacionados a recuperação florestal, qualidade do saneamento ambiental e macrodrenagem do manancial.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Orientação: Gustavo Perissinotto (Prefeito de Rio Claro/SP)

Coordenação: Francisco Carlos Castro Lahóz (Secretário Executivo)

Assessoria: Flávio Forti Stenico (Assessor do Secretário Executivo)

Ação Prioritária:

- Acompanhamento do Plano de Bacias, com assessoria aos municípios e empresas associados para atenderem às metas previstas, contratando consultoria para apoiar a elaboração de termos de referência e projetos simplificados.



O Consórcio PCJ sempre esteve atento as metas e prioridades de investimentos estabelecidos pelo Plano das Bacias PCJ 2020/2035, buscando orientar seus associados na solução de demandas e busca por fontes de recursos que possam auxiliar na execução de empreendimentos considerados fundamentais para sustentabilidade hídrica regional e melhoria dos indicadores ambientais e de saneamento.

Em março de 2021 a entidade realizou ampla divulgação junto seus associados de “Nota Informativa” sobre abertura de editais para captação de recursos financeiros junto a Fundação Agência das Bacias PCJ, mediante Deliberações dos Comitês PCJ, de repasse de recursos advindos da Cobrança PCJ Paulista

e da Compensação Financeira pela utilização dos recursos hídricos.

Na ocasião foram abertos dois editais para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de “Saneamento e Controle de Perdas Hídricas” e “Saneamento Rural”, visando à indicação para obtenção de financiamento nas modalidades “não reembolsável” e “reembolsável” referentes ao orçamento de 2021.

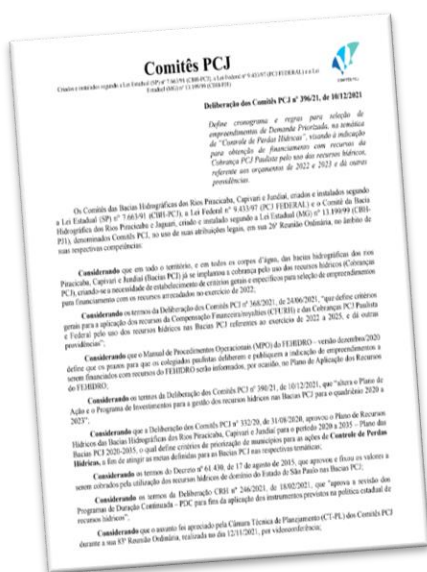
Na modalidade “Saneamento e Controle de Perdas Hídricas” estavam previstos recursos para elaboração e revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico; Elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas; e Elaboração de projetos de implantação de tecnologias de desinfecção de efluentes doméstico, envolvendo valor global de no mínimo de 150 mil reais e máximo de 1 milhão de reais, sendo considerados

prioritários pela hierarquização elaborada de acordo com os critérios estabelecidos no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 os municípios de:

- Atibaia, Campinas, Valinhos, Joanópolis, Nazaré Paulista, Campo Limpo Paulista, Americana, Bragança Paulista, Piracaia, Jarinu, Amparo e Jundiaí para captação de recursos na elaboração e revisão de Planos Municipais de Saneamento Básico.
- Sumaré, Louveira, Cordeirópolis, Jundiaí, Indaiatuba, Valinhos, Vinhedo Jarinu, Charqueada, Rio das Pedras e Santa Barbara D'Oeste para captação de recursos na elaboração e revisão de Planos de Controle e Redução de Perdas.
- Joanópolis, Atibaia, Artur Nogueira, Amparo, Jaguariúna, Cosmópolis, Bragança Paulista, Nazaré Paulista e Holambra para captação de recursos na elaboração de projetos de implantação de tecnologias de desinfecção de efluentes domésticos.

Já na modalidade “Saneamento Rural” estavam previstos recursos para fomento à Planos Municipais de Saneamento Rural e Substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto (fossa negra) por sistemas mais eficientes, envolvendo valor global de no mínimo de 150 mil reais e máximo de 500 mil reais, sendo considerados prioritários pela hierarquização elaborada de acordo com os critérios estabelecidos no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 os municípios de:

- Atibaia, Campinas, Limeira, Bragança Paulista, Amparo Nazaré Paulista, Jundiaí, Socorro, Itupeva, Jarinu, Piracicaba, Rio Claro, Artur Nogueira, Pinhalzinho, Piracaia, Mogi Mirim, Monte Mor, Valinhos e Itatiba para captação de recursos para fomento aos Planos Municipais de Saneamento Rural.
- Atibaia, Bragança Paulista, Amparo, Campinas, Limeira, Jundiaí, Pinhalzinho, Artur Nogueira, Socorro e Jarinu para captação de recursos para substituição de sistemas rudimentares de tratamento de esgoto.



Em dezembro de 2021 foi encaminhado pelo Consórcio PCJ novo informativo aos Associados visando alertá-los sobre a divulgação de cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, junto a Fundação Agência das Bacias PCJ, na temática de “Controle de Perdas Hídricas”, visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos, referente aos orçamentos de 2022 e 2023.

Estavam previstos recursos financeiros para financiamentos de obras, serviços e equipamentos visando o controle de perdas hídricas em sistemas de abastecimento de água num valor Global orçado de no mínimo de 300 mil reais e valor de repasse máximo de 2 milhões de reais, sendo

considerados prioritários pela hierarquização elaborada de acordo com os critérios estabelecidos no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 os municípios de:

Sumaré, Louveira, Cordeirópolis, Jundiaí, Indaiatuba e Valinhos como alta prioridade; Vinhedo, Jarinu, Charqueada, Rio das Pedras e Santa Barbara D'Oeste, como média prioridade; Iracemápolis, Campinas, São Pedro, Cabreúva, Holambra, Santa Gertrudes, Mairiporã, Artur Nogueira e Nova Odessa como baixa prioridade de hierarquização.

Atividades Complementares:

- **Participação nas reuniões dos Comitês PCJ e respectivas Câmaras Técnicas, assim como do Fórum de Defesa da Bacia do Rio Corumbataí, da Região Metropolitana de Campinas e dos aglomerados urbanos de Piracicaba e Jundiaí.**

Ao longo de 2021 o Consórcio PCJ participou de inúmeras reuniões e eventos virtuais relacionados a programação das Câmaras Técnicas dos Comitês das Bacias PCJ, a destacar:

- Câmara Técnica de Planos de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB): Acompanhar debates no âmbito da implementação dos programas e ações de investimentos para cumprimento das metas preconizadas no Plano de Bacias, que é um dos instrumentos de gestão previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos (instituída pela Lei Federal nº 9.433/97) e na Política Estadual de Recursos



Hídricos do Estado de São Paulo (Lei Estadual nº 7.663/91). Ele visa fundamentar e orientar o gerenciamento dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica, englobando o uso, proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos.

- Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ (CT-MH): Acompanhar e trazer informações sobre as chuvas e vazões observadas junto aos principais rios da região, garantindo a correta operação das comportas do Sistema Cantareira, permitindo vazões em quantidade suficiente para abastecimento dos municípios das Bacias PCJ.

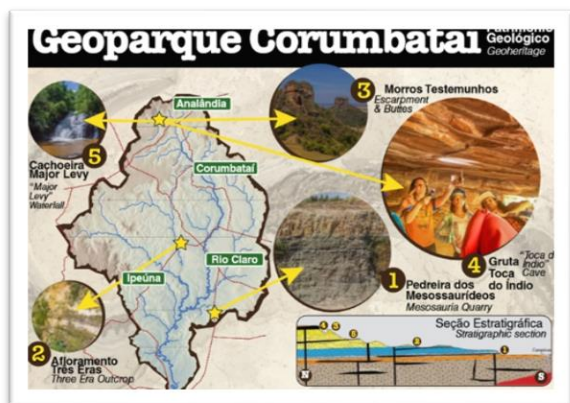
- Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria): Auxiliar na consolidação, avaliar e acompanhar a implementação da Política para o Uso sustentável e Conservação da Água na Indústria no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ.

- Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA): Propor a elaboração de materiais educativos e comunicativos além de mapear e promover a articulação e integração das ações de educação ambiental nas Bacias PCJ.

- Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL): Acompanhar em caráter deliberativo as principais ações e trabalhos a serem desenvolvidos junto ao Comitê no âmbito da governança e governabilidade do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos.

No dia 30 de março de 2021, durante a 25ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ, o Consórcio PCJ conquistou a permanência em sua vaga junto ao Plenário dos Comitês PCJ pelo segmento dos representantes da sociedade civil (usuários de recursos hídricos e organizações civis). Também, foram indicados na reunião de eleição os representantes dos municípios e órgãos governamentais (União e Estados de São Paulo e Minas Gerais). A permanência na vaga da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) reforça o compromisso na luta pela manutenção do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, garantindo posição importante na sua missão de contribuição permanente junto aos Comitês PCJ, visto que a CT-PL tem a responsabilidade de debater e preparar os temas para serem levados e deliberados no plenário do colegiado.

- **Apoio na implantação de projetos e articulações com a UNESCO para a criação do Geoparque Corumbataí, mantendo o escritório de Piracicaba como sede e local de encontros do Grupo de Implantação do Geoparque.**



Em função da pandemia do Corona vírus muitas atividades de cunho presencial relacionadas a implementação do Projeto Geoparque Corumbataí foram reduzidas, porém, a entidade manteve articulação estratégica junto aos parceiros da Unicamp e Unesp Rio Claro para continuidade das ações, principalmente envolvendo os novos prefeitos eleitos na região.

No dia 17 de setembro de 2021 o Consórcio PCJ promoveu encontro técnico envolvendo todas as nove Prefeituras da Bacia do Corumbataí, por meio de suas Secretarias de Meio Ambiente, Turismo e Cultura, Câmaras Municipais e Associações Ambientais da Região a fim de apresentar aos novos gestores informações sobre o Projeto Geoparque Corumbataí e sua relevância regional tanto no aspecto da preservação de seu patrimônio geológico, como desenvolvimento econômico e turístico.

As apresentações foram feitas pelo Prof. Dr. Alexandre Perinotto, um dos Coordenadores da Equipe de Implantação do Geoparque Corumbataí, André de Andrade Kolya parceiro do Grupo Geoparque, e pelo Assessor técnico do Consórcio PCJ, Flávio Forti Stenico.

Perinotto destacou a importância da transformação da comunidade onde os Geoparques são implantados, segundo o professor, o sucesso de um geoparque perpassa por três aspectos: fortalecimento do Turismo e participação dos governos municipais, investimento de empresários com parcerias público privadas e o envolvimento de comunidades locais.

Kolya, revelou que a área do Geoparque Corumbataí possui 170 locais de interesse, destes, 76 são geossítios com grande potencial geológico e turístico, dos quais, foram eleitos e apresentados durante a reunião, pela equipe de implantação do Projeto Geoparque, dois geossítios por município, selecionados com o objetivo de que as prefeituras locais assumam o compromisso de incluir em suas agendas de governo, por meio de suas Secretarias, ações de fomento e incentivo a conservação, estruturação e divulgação desses geossítios com potencial turístico selecionados, contribuindo em ações de melhoria das formas de acesso, identificação por meio de placas, divulgação, entre outros.

Reforçando a importância desse compromisso de estruturação e conservação dos geossítios com o apoio assumido pelas prefeituras, o Assessor técnico do Consórcio PCJ, Flávio Forti Stenico, destacou também as vantagens sociais, econômicas e turísticas para a região ao destacar que o Projeto Geoparque Corumbataí surge como um novo desafio. A proposta é ousada, mas associada a estratégias de proteção, educação, geoturismo e desenvolvimento sustentável pode gerar na Bacia do Corumbataí, por meio da proposta de geoparques, novas oportunidades e fontes de renda para a população local, promovendo o desenvolvimento regional de modo a se avançar ainda mais rumo a sustentabilidade almejada.

PROTEÇÃO AOS MANANCIAIS

Orientação: Martim de França Silveira Ribeiro (DAE Jundiaí)

Coordenação: Francisco Carlos Castro Lahóz (Secretário Executivo)

Assessoria: Flávio Forti Stenico (Assessor do Secretário Executivo) e Eduardo Paniguel Oliveira (Assistente de Projetos)

Ação prioritária:

- Ampliação das parcerias com os viveiros municipais através do fornecimento de insumos voltados a produção de mudas e implantação de “matrizeiros”, com árvores que se encontram em estágio de extinção, a fim de restabelecer a oferta dessas espécies nas bacias PCJ.

Em 2021 o Programa de Proteção aos Mananciais do Consórcio PCJ - PPM chega aos seus 30 anos de atuação com um legado grandioso e bastante positivo, tendo contribuído com a recuperação florestal de uma área de mais de 2.700 hectares, com plantio de mais de 4,5 milhões de mudas nativas, equivalentes a recuperação florestal de uma área 20 vezes maior que a do Parque do Ibirapuera, em São Paulo.



Tudo isso fruto de muito trabalho, empenho e dedicação de todos colaboradores e parceiros do Programa de Proteção aos Mananciais - PPM.

Os impactos positivos das ações de recuperação florestal na ampliação da disponibilidade hídrica são de certa forma muito maiores do que podemos imaginar. Os plantios ciliares e a recuperação e preservação de nossas matas e florestas garantem a proteção do solo, reduzindo problemas de erosão, assoreamento e permitindo maior infiltração de água no solo. Essa água infiltrada no solo irá promover a recarga do lençol freático e dos aquíferos subterrâneos, impactando diretamente na ampliação ou manutenção da disponibilidade hídrica futura. Além destes benefícios, as florestas e matas ciliares minimizam os efeitos de enchentes nas cidades; manter a quantidade e a qualidade da água nos cursos d'água; filtram possíveis resíduos de produtos químicos como agrotóxicos e fertilizantes que poderiam chegar ao manancial e auxiliam na proteção da fauna e flora local, contribuindo também com a qualidade da umidade do ar.

Dependendo do tipo de solo, uma área devidamente protegida com cobertura florestal permite a infiltração de 80% a 90% da água precipitada pela chuva, água essa que ao

penetrar no solo alimentará as nascentes e cursos d'água que contribuirão com a manutenção da vazão dos nossos rios e mananciais durante os períodos de estiagem.

As matas ciliares, ao protegerem o solo, por meio de suas copas e raízes, também garantem que parcela do solo não seja levada aos cursos d'água durante as fortes chuvas e enxurradas, preservando assim o manancial e reduzindo significativamente os problemas de poluição difusa e assoreamento, que impactam negativamente na qualidade dos corpos hídricos.

As árvores possuem um importante papel para regular o clima e as chuvas em tempos de seca e mudanças climáticas. Isso porque as matas ciliares podem ajudar a aumentar a umidade do ar, gerar nuvens de chuva, reduzir a presença de poluição e poeira no ar e ainda diminuir o calor.

Além da doação de mudas nativas ao Associados, o Consórcio PCJ mantém apoio aos viveiros florestais da região com a doação de insumos como sementes de espécies nativas e saquinhos para produção de novas mudas, permitindo parcerias estratégicas para recuperação de áreas degradadas e de APPs.

No total, foram autorizadas em 2021 a doação da quantidade de 59.599 mudas nativas, contemplando atendimento aos municípios associados de Artur Nogueira, Bragança Paulista, Capivari, Cosmópolis, Cordeirópolis, Corumbataí, Indaiatuba, Ipeúna, Louveira, Monte Mor, Paulínia, Piracicaba, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Barbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Valinhos e empresas associadas como Arcelor Mittal, SABESP, Rhodia e Usina Ester. Essas mudas doadas permitiram a recuperação ciliar de aproximadamente 357,75 mil metros quadrados. (considerando como base plantios de 3x2m - padrão).

Também foram realizadas a doação de insumos como 103 mil saquinhos, 146,3 mil sementes e 5,3 mil plântulas para produção de mudas nos viveiros parceiros de Americana, Artur Nogueira, Bragança Paulista, Cosmópolis, Holambra, Iracemápolis, Jaguariúna, Paulínia, Piracicaba, Saltinho, Limeira, Louveira, Monte Mor, Nova Odessa e Santa Barbara D'Oeste e DAE Jundiaí.



Atualmente o Consórcio PCJ mantém parceria com 17 viveiros municipais, e está em processo de renovação e atualização de seus Acordos de Cooperação com os Viveiros Municipais, já tendo sido renovado parcerias com os Municípios de Limeira, Nova Odessa, Louveira e Saltinho. Para o Consórcio PCJ, incentivar os plantios ciliares e a preservação dos mananciais é de fundamental importância para garantirmos a sustentabilidade

hídrica regional frente aos eventos extremos de estiagem.

Atividades Complementares:

- Publicação de revista com os resultados dos 30 anos do Programa de Proteção aos Mananciais.

O Programa de Proteção aos Mananciais completou 30 anos no mês de outubro. E para marcar a data, o Consórcio PCJ produziu uma landing page dentro do site da instituição (www.agua.org.br/30anos_PPM) com o objetivo de lembrar a história do programa e facilitar o acesso aos serviços de cadastro de áreas para futuros projetos de reflorestamento, solicitação de mudas e cadastro de áreas que possuam espécies invasoras e que necessitam do seu manejo adequado.



- Implantar projetos piloto que visem o incentivo à restauração florestal, com ações de pagamento por serviços ambientais, controle de espécies invasoras e implantação de “museus vivos” para a sensibilização da comunidade.

Durante o ano de 2021 o Programa de Proteção aos Mananciais do Consórcio PCJ vem compilando todas as experiências de sucesso derivadas do Programa “Produtor de Águas” laçado pela Agência Nacional de Águas (ANA), em 2003, que estimula a prática dos “Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA”, lançado pioneiramente pelo município Consorciado de Extrema/MG, em 2005, tornando-se um modelo para o país, porém, as Bacias PCJ possuem outras experiências de sucesso na área, motivo da entidade estar disponibilizando documentos e relatos dessas experiências junto a seus associados para permitir que essas boas práticas se propaguem. Também foram firmadas parcerias estratégicas visando ampliar as ações de recuperação ciliar na região.

- Implementar ações que incentivem a recuperação vegetal, com vistas à preservação de áreas de preservação permanente, tais como nascentes, zonas ripárias e de recarga, essenciais à manutenção e/ou aumento da disponibilidade hídrica na região de abrangência do Consórcio PCJ.



Em Rio Claro está em andamento projeto de parceria institucional firmada pelo Consórcio PCJ e a Prefeitura Municipal, por meio do DAAE (Departamento Autônomo de Água e Esgoto) para plantios de reflorestamento e recuperação das áreas de APP do Rio Corumbataí. O Projeto consiste na recuperação ciliar de 33 hectares de Áreas de Preservação Permanente (APP) do Rio

Corumbataí. Essa iniciativa faz parte do PRAD (Programa de Recuperação de Áreas Degradadas) do Rio Corumbataí, e pretende plantar até 51 mil mudas nativas em 35 propriedades rurais da região.

Em 2020 o Consórcio PCJ firmou Termo de Cooperação com a Jaguatibaia Associação de Proteção Ambiental, que vem trabalhando no cadastro dos proprietários rurais e elaboração de projetos de restauração para atender a totalidade da demanda apresentada, uma vez que está autorizada a buscar parceiros que possam viabilizar financeiramente os trabalhos de Recuperação Florestal desde o preparo do solo, plantios e manutenção na região de abrangência das Bacias PCJ de acordo com as diretrizes ambientais da CETESB.

A pandemia do COVID-19 retardou um pouco os trabalhos, porém, as ações não pararam. Até o momento já foram realizadas reuniões setoriais com o Sindicato Rural de Rio Claro e vários proprietários rurais da região, já tendo sido assinado junto aos proprietários rurais e Jaguatibaia, termos de autorização para os plantios e elaboração dos primeiros projetos de recuperação ciliar. Segundo a parceira Jaguatibaia, já existem sinalizações junto ao governo do Estado para liberação de recursos para viabilização do início dos plantios ciliares. Está em processo de finalização da entrega de documentos para uma primeira intervenção em uma área de 9 hectares com previsão de plantios que totalizam aprox. 21.250 mudas.

Visando ampliar sua contribuição com a preservação do Meio Ambiente o Consórcio PCJ firmou parceria com a Fundação Florestal de Piracicaba no auxílio para a recuperação da Área de Proteção Ambiental (APA) Barreiro Rico, que abrange quatro municípios: Anhembi, Santa Maria da Serra, Piracicaba e Botucatu, no interior do Estado de São Paulo. A área é considerada estratégica por abrigar vasto conteúdo histórico e riqueza de fauna e flora. Pelo projeto, que se iniciou no último ano, o Consórcio PCJ irá doar 20 mil mudas

de árvores nativas até o final de 2021, por meio do viveiro municipal de Piracicaba, parceiro do Programa de Proteção aos Mananciais da entidade.

Segundo a Fundação Florestal, a APA Barreiro Rico pode ser considerada a “Arca de Noé da Biodiversidade” no interior paulista. No entanto, a região vem sofrendo nos últimos anos com a incidência de incêndios florestais, impactando a biodiversidade e as áreas com atividades agrícolas, silvícolas e pecuárias.



Diante desse cenário, em 2018, a Fundação Florestal elaborou o Plano Integrado de Conservação da Biodiversidade, envolvendo todos os atores regionais, instituições governamentais e não governamentais. As medidas adotadas desde então auxiliaram muito nas ações de prevenção de combate de incêndios na zona rural nos anos de 2019 e 2020, e em 2021 ocorreram ações para que fosse garantido mais um ano sem incêndios nas florestas regionais. O objetivo é envolver ainda mais a participação dos atores regionais nessa prevenção e proteção dos remanescentes florestais, ao mesmo tempo em que se evita prejuízos econômicos aos proprietários rurais.

Neste sentido, o desenvolvimento de uma parceira de doações de mudas com o Consórcio PCJ e a Prefeitura de Piracicaba (Viveiro-SEDEMA) está sendo muito valiosa, dando dinâmica ao processo de restauração ecológica na região, abrangendo plantios das áreas de bordadura, clareiras, enriquecimentos de sub-bosque, nucleações, plantios em APPs e conexões de fragmentos, aumentando as áreas florestais, o fluxo gênico entre espécies e refletindo positivamente na conservação da biodiversidade.

COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Orientação: Lucimara Godoy Vilas Boas (Prefeita de Valinhos/SP)

Coordenação: Francisco Carlos Castro Lahóz (Secretário Executivo)

Assessoria: Murilo F. Sant'Anna (Gerente de Sensibilização e Comunicação)

Ação Prioritária:

- Intercâmbio de experiências internacionais e cases de sucesso entre os membros do Conselho Mundial da Água, trazendo novidades em gerenciamento de recursos hídricos para as Bacias PCJ e auxiliando nos preparativos para o 9º Fórum Mundial da Água, previsto para ocorrer em março de 2022 em Dakar, no Senegal.

Diante da Pandemia de Covid-19, a Organização do 9º Fórum Mundial da Água adiou a sua realização para março de 2022, já que instabilidade gerada e com os países fechando fronteiras, dificultaria a participação internacional no evento. Durante o ano de 2021, o Consórcio PCJ participou ativamente dos grupos de debates acerca do Grupo de Ação 1.E “Parar a perda de biodiversidade aquática e espécies invasoras em ecossistemas hídricos”, além de acompanhar a evolução dos preparativos para a realização do evento no próximo ano.



9TH WORLD WATER
FORUM | DAKAR 2022



Paralelamente, a entidade está debatendo com a equipe técnica a cobertura do evento através de eventos digitais que acontecerão durante a semana de realização do Fórum, entre os dias 20 e 25 de março de 2022, em Dacar, no Senegal.

No dia 29 de outubro de 2021, foi promovido dentro do Fórum Brasil de Gestão Ambiental, o Webinar “Segurança Hídrica e Saneamento para o Desenvolvimento Sustentável”, que abordou sobre a gestão de recursos hídricos e saneamento ambiental,

além de atualizar sobre os preparativos para o 9º Fórum Mundial da Água, com a participação do Diretor da ADASA e Governador do Conselho Mundial da Água, Jorge Werneck. Também participaram dessa mesa de debates: Francisco Lahóz, secretário-executivo do Consórcio PCJ; Malu Ribeiro, da SOS Mata Atlântica, Synara Brochi, da Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro) e Marco Antônio dos Santos, diretor técnico da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (Sanasa) de Campinas.

Atividades complementares:

- Participação nas redes de organismos de bacias - RELOB, RIOB e REBOB, como forma de promover o aprimoramento da gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ.

O Consórcio PCJ acompanhou os informativos das redes de organismos de bacias e o debate acerca dos riscos das mudanças climáticas ao gerenciamento de recursos hídricos, em especial, os impactos que podem gerar novas crises hídricas. Exemplo disso, foi a participação da Rede Internacional de Organismos de Bacias na COP 26, em Glasgow, no Reino Unido, unindo esforços para colocar a água com maior destaque nos debates, aos quais apontou como uma das alternativas investimentos na implementação de soluções baseadas na Natureza em bacias hidrográficas ao redor do mundo. Essa orientação pode ser vista em alguns documentos do Consórcio PCJ, como os boletins mensais de disponibilidade hídrica, documentos sobre medidas de contingenciamento a crises hídricas, como na publicação sobre os cenários de 2021 para o Sistema Cantareira, em que são apontadas como soluções o investimento em implantação de piscinões ecológicos e bacias de retenção, claramente, uma ação que vai de encontro às orientações da RIOB. No âmbito da REBOB, a gerente técnica do Consórcio PCJ, Andréa Borges, participou da publicação “Mulheres pela Água”, organizado pela rede com objetivo de relatar através de artigos e depoimentos de mulheres de todo o território brasileiro, a inserção propositiva delas dentro do Sistema de Recursos Hídricos, destacando a força e a energia que elas trazem para os processos, programas e ações desenvolvidos sejam nos locais onde trabalham ou mesmo dentro de suas vidas públicas ou em empresas privadas e organizações sociais. O Consórcio PCJ pretende em 2022 organizar evento para debater e fomentar a participação feminina dentro do gerenciamento de recursos hídricos.



- Fortalecimento de parcerias com o Observatório de Governança da Água e o Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas, como forma de aprimorar o sistema de gestão, focado em ações com soluções baseadas na natureza.

O ano de 2021 foi um ano especial para a governança da água, já que está em debate o novo Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), documento que irá nortear o gerenciamento de recursos hídricos até 2040. O Consórcio PCJ ao lado do OGA tem participado ativamente das oficinas de elaboração do documento, como também tem atuado fortemente dentro da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação (CTPA) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) para debater sobre as metas e condicionantes do novo plano. A CTPA é órgão que faz a análise prévia do novo plano, antes dele ser remetido à aprovação do plenário do CNRH, o que torna a atuação do Consórcio PCJ estratégica nesse contexto. É importante destacar aqui, que após a reestruturação do CNRH por meio do Decreto nº 10.000, de 03 de setembro de 2019, que alterou a composição do órgão colegiado e extinguiu o segmento dos Consórcios, levou o Consórcio PCJ a pleitear a vaga pelo segmento das Organizações Não Governamentais. A entidade se tornou, então, a única representante das Bacias PCJ no Conselho, já que no segmento dos Comitês foram eleitas outras regiões hidrográficas.



EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Orientação: Nilson Alcides Gaspar (Prefeito de Indaiatuba/SP)

Coordenação: Andréa Borges (Gerente Técnica)

Assessoria: Murilo F. Sant'Anna (Gerente de Sensibilização e Comunicação)

Ação Prioritária:

- Realização do Projeto Gota d'Água, em parceria com o Setor de Educação da UNESCO no Brasil e com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, estimulando a realização de trabalhos sobre água e desenvolvimento sustentável em escolas, prefeituras, empresas, serviços de água e instituições sem fins lucrativos.

Apesar dos desafios impostos pela pandemia de coronavírus em 2021, o Projeto Gota d'Água conseguiu envolver cerca de 60 municípios na realização de ações de educação e sensibilização ambiental com o tema: *“A Década da Transformação: Alcançando as Metas da Agenda 2030 por meio da Educação”*. Para a realização das atividades, o Consórcio PCJ contou com a parceria da UNESCO e da ANA, bem como, da ARES PCJ.

A abertura das atividades do ano foi realizada no dia 08 de abril (gravação disponível em: <https://youtu.be/PW5WayC0BPo>, com 617 visualizações), e contou com a participação do Oficial de Projetos da UNESCO, Glauco Kimura. Durante os meses seguintes, foram realizadas Web



Entrevistas com a Coordenadora de Capacitação do SINGREH na ANA, Renata Maranhão (disponível em: <https://youtu.be/HUtE8c1NY8w>, com 178 visualizações), com a Coordenadora de Planejamento e Políticas de Recursos Hídricos do Ministério do Desenvolvimento Regional, Adriana Lustosa (disponível em: <https://youtu.be/zl0YUCbgEfM>, com 146 visualizações), e com a idealizadora da Baquara Educativa, Maria Cristinha Munoz Franco (disponível em: <https://youtu.be/0hyl70XFkA0>, com 103 visualizações).

No dia 19 de agosto, foi realizado o Bate Papo do Concurso Cultural “Saneamento é Mais”, fruto da parceria com a ARES PCJ. Durante o encontro, foi debatido o regulamento do concurso, e realizado um plantão de dúvidas com os participantes. O vídeo do encontro, disponível no Youtube, conta com 386 visualizações (<https://youtu.be/CyPr5bgSvEk>).

No total, 57 municípios se inscreveram para participar das atividades do Projeto Gota d'Água de 2021, porém, devido às dificuldades enfrentadas pelas escolas devido à pandemia, apenas os municípios associados de Americana, Artur Nogueira, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Campinas, Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Itupeva, Limeira, Nova Odessa, Pedreira, Rio Claro, Santa Gertrudes e Santo Antonio de Posse enviaram materiais educativos para concorrerem ao Prêmio “Sua Gota faz a Diferença”, que foram publicados em duas playlists no canal do Youtube do Consórcio PCJ: <https://youtube.com/playlist?list=PLcxFIFGavdshl7WH1Ww6wbmOcxgHWcLf3> para os finalistas e <https://youtube.com/playlist?list=PLcxFIFGavdshzvYlg68Ag9vTjaAvU48z>) para o restante dos participantes do Concurso Cultural.

Para definição dos finalistas, foi formada uma banca julgadora, composta pelas seguintes profissionais: 1) Categoria Desenho: Ana Lúcia Scagnolato (ArcelorMittal), Débora Fonseca (ARES PCJ), e Luciana Cordeiro (UNICAMP); 2) Categoria Paródia: Ana Lúcia Floriano (CT-EA Comitês PCJ), Mariana Alcalay (UNESCO), e Mariana Rico (Instituto ESTRE); 3) Categoria Vídeo: Adriana R. Braga (UNIFESP), Maria Paula P. Oliveira (CT-EA CBH Tietê-Jacaré), e Renata R. Maranhão (ANA). Após a avaliação da banca, foram definidos os finalistas de cada categoria, e anunciados durante live no Youtube (<https://youtu.be/nlgfQLfdWR0>), com 342 visualizações. Os municípios finalistas foram: 1) Categoria Desenho: Cosmópolis, Nova Odessa e Rio Claro; 2) Categoria Paródia: Cosmópolis, Itupeva e Santa Gertrudes; 3) Categoria Vídeo: Americana, Campinas e Cosmópolis; 4) Categoria Especial (Tour Virtual da Casa + Sustentável): Bragança Paulista, Limeira e Nova Odessa.

Assim, no dia 24 de novembro, foi realizada a entrega do Prêmio “Sua Gota faz a Diferença” aos vencedores de cada categoria, assim como, dos certificados e kits com materiais educativos aos finalistas. O encontro foi realizado na Casa Mais Sustentável, e transmitido ao vivo nas redes sociais do Consórcio (<https://youtu.be/fl3gOBFmLkl>), tendo 268 visualizações. O município de Cosmópolis foi o vencedor em duas categorias:



desenho e vídeo, recendo como prêmios uma mesa digitalizadora e uma câmera de ação. Itupeva venceu na categoria paródia, recebendo uma câmera infantil, e Limeira na categoria especial. No caso da categoria especial, os três finalistas receberam um kit Youtuber, composto por ring light, tripé e microfone de lapela.

Atividades Complementares:

- Ampliação das visitas à Casa + Sustentável, que foi revitalizada por meio de parceria com a CPFL Energia e o Instituto Akatu, por meio da contratação de empresa para busca ativa das escolas particulares da região.

A contratação da empresa que será responsável pela prospecção de visitas à Casa + Sustentável só pôde ocorrer no mês de novembro de 2021, visto que o Instituto Akatu precisou resolver diversos problemas que surgiram na Casa referente ao uso das tecnologias e materiais propostos. Apesar desses problemas, e da pandemia de Covid-19, o Consórcio PCJ passou a receber na Casa pequenos grupos de professores e demais interessados em conhecer o espaço, todos imunizados com, pelo menos, duas doses da vacina contra o coronavírus.

A primeira visita, no dia 23 de setembro, contou com a presença de diversos secretários municipais e do prefeito do município de Limeira, atual Presidente do Consórcio PCJ. No dia 29 de setembro foi a vez de um grupo composto por representantes da ONG “Pedala SBO” (de Santa Bárbara d’Oeste), do Hotel Atlântico (Americana/SP) e da Secretaria de Meio Ambiente do município de Americana/SP. Está sendo planejado um passeio ciclístico, com saída do Hotel Atlântico até a Casa Mais Sustentável, como forma de estimular o lazer e o turismo sustentável, além de divulgar as ações dos parceiros. No dia 30 de setembro, recebemos mais um grupo de representantes da Secretaria de Meio Ambiente de Limeira, composto, em sua maioria, por estagiários das áreas de biologia, engenharia, veterinária e jornalismo.



No dia 08 de outubro, recebemos representantes do Instituto Crescer, parceiros da CPFL



Energia no projeto CPFL nas Escolas, que adoraram a Casa Mais e se prontificaram a divulgar a iniciativa. Já no dia 14 de outubro, foi a vez da representante da empresa associada Pirelli, Carla Razori, conhecer Casa Mais Sustentável, com o objetivo de planejar visitas de escolas públicas, localizadas no entorno da planta em Campinas, para a Casa Mais, visando apoiar o projeto do Consórcio e ampliar as atividades de educação ambiental da empresa.

Representantes da Secretaria de Educação do município de Valinhos/SP visitaram a Casa Mais Sustentável no dia 27 de outubro, visando o planejamento de estudos do meio com as escolas do município em 2022. No dia 28 de outubro, foram recebidos mais dois grupos na Casa Mais Sustentável. No período da manhã, representantes da Secretaria de Educação do município de Bragança Paulista/SP conheceram as instalações e realizaram todas as atividades propostas, visando transmitir as informações aos educadores da rede municipal de ensino. No período da tarde, o Secretário de Meio Ambiente de Americana/SP esteve na Casa Mais, com o objetivo de conhecer o espaço e reforçar o interesse do município em formalizar parceria com o Consórcio PCJ, para que todos os alunos da rede de ensino possam conhecer a iniciativa.

No dia 03 de novembro, recebemos na Casa Mais Sustentável um grupo de idosos do Centro Dia, gerenciado pela APAE de Americana. E

- Elaboração de materiais didáticos sobre o uso sustentável da água, com o objetivo de educar e sensibilizar toda a comunidade sobre os desafios da gestão dos recursos hídricos e do meio ambiente.

APOIO AOS ASSOCIADOS EM TECNOLOGIAS E SISTEMAS DE GESTÃO

Orientação: Mariana Sanches Luiz (BRK Ambiental)

Coordenação: Andréa Borges (Gerente Técnica)

Assessoria: José Cezar Saad (Coordenador de Projetos) e Murilo F. Sant'Anna (Gerente de Sensibilização e Comunicação)

Ação Prioritária:

- Ampliação dos cursos da Escola da Água e Saneamento, para aprimoramento profissional de encanadores, manutentores, instaladores, operadores e técnicos dos serviços de água e esgoto, assim como, para gestores públicos e privados, membros das câmaras técnicas dos Comitês PCJ, técnicos em recursos hídricos e meio ambiente, estudantes, e demais interessados.

Atividades Complementares:

- Consultoria às empresas associadas, para cálculo da pegada hídrica, gestão de risco e capacitação de funcionários;

- Acompanhamento do estudo para reúso de efluentes das Estações de Tratamento de Esgoto pela indústria, que faz parte do plano de trabalho da Câmara Técnica da Indústria dos Comitês PCJ.

INTEGRAÇÃO REGIONAL

Orientação: Adinan Ortolan (Prefeito de Cordeirópolis/SP)

Coordenação: Andréa Borges (Gerente Técnica)

Assessoria: Murilo Ferreira de Sant'Anna (Gerente de Sensibilização e Comunicação) e Jussara Cordeiro Santos (Subsecretária Executiva e Gerente Administrativa)

Ação Prioritária:

- Elaboração de projetos interdisciplinares, com o objetivo de viabilizar parcerias com instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais.

Atividades complementares:

- Interlocução com órgãos de fiscalização e controle externo, para o estabelecimento de parcerias, visando investimentos em projetos estruturantes nos municípios, além de capacitação dos associados para atendimento às metas e indicadores ambientais.

- Promover, em parceria com os demais departamentos do Consórcio PCJ, o Projeto Colaboradores Ambientais do Ano, buscando patrocínio para a realização das diversas atividades previstas no Plano de Atuação.

- Realizar o 8º Prêmio Ação pela Água em 2022, tendo como objetivo fortalecer o relacionamento institucional com os associados, favorecendo a integração entre os setores público e privado com a comunidade regional.

SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS

Orientação: Helio Franzol Bernardino (Prefeito de Saltinho/SP)

Coordenação: José Cezar Saad (Coordenador de Projetos)

Ação Prioritária:

- Consultoria aos municípios associados, objetivando a implantação dos Planos Municipais de Saneamento Básico e Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas no Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, através de empresa especializada contratada para essa finalidade.

O Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, atualizado pela Lei Federal nº 14.026 de 15 de julho de 2020, introduziu mudanças visando a universalização do acesso aos serviços de saneamento, como a previsão de metas de 99% da população atendida pelos serviços de abastecimento de água e 90% pelos serviços de esgotamento sanitário até 2033, ou se as condições econômico-financeiras não forem favoráveis, até 2039. E para tal, institui como uma de suas estratégias para universalização, a regionalização do território e a definição de agrupamentos de municípios para a prestação regionalizada destes serviços. Desse modo, estabeleceu a obrigatoriedade da criação das unidades regionais de saneamento básico pelos estados, até julho de 2021 e, caso as unidades regionais não sejam estabelecidas pelos estados no prazo determinado, a União criará blocos de referências subsidiariamente aos estados.

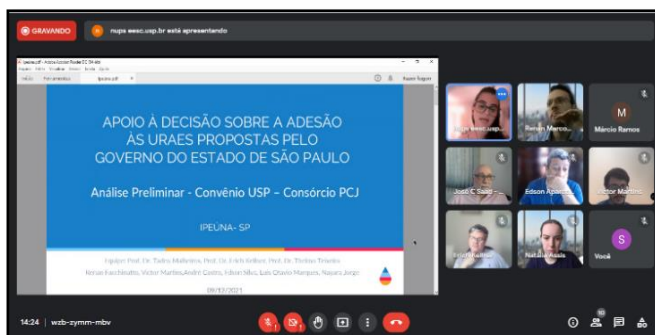
Em atenção às disposições e determinações impostas pela legislação, o Estado de São Paulo, por meio da Lei nº 17.383 de 05 de julho de 2021, apresentou a criação de Unidades de Serviço de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário – URAE's, que dividem o Estado em quatro unidades regionais. Os municípios deverão manifestar interesse na adesão ou não à respectiva unidade regional de saneamento básico por meio de declaração formal, firmada pelo Prefeito, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias - ou seja, até o início de janeiro de 2022. Para auxiliar os municípios, foi realizada uma tomada de preços pelo Consórcio PCJ, mediante apresentação de Termo de Referência, com quatro instituições acadêmicas de ensino e pesquisa, para desenvolver o trabalho de consultoria e estudos técnicos, visando gerar subsídios para sanar as inseguranças, esclarecer dúvidas e, dar embasamentos e pressupostos técnicos, econômicos e jurídicos para assertividade na tomada de decisões, considerando as particularidades de cada município.

A Fundação Universidade de São Paulo – FUSP, por meio da Escola de Engenharia de São Carlos, apresentou o menor valor e firmou Termo de Convênio com o Consórcio PCJ para

realização dos trabalhos de consultoria. No mês de agosto, foi apresentado aos municípios associados o termo de referência no qual a temática é detalhada, bem como os produtos a serem gerados pela consultoria; e os municípios com maior potencial de participação no estudo, considerando seus operadores de saneamento. A partir deste, dentre os municípios associados, 22 (vinte e dois) demonstraram interesse em participação na consultoria e assinaram um Termo de Aceite, concordando com a metodologia e os produtos propostos.

No mês de novembro foi aplicado um questionário de coleta de dados, para validação de informações necessárias ao desenvolvimento do trabalho e, a partir dessas respostas, foram realizadas análises preliminares individuais e agendadas reuniões

com cada município participante. Nestas reuniões foram apresentadas as análises técnicas, econômicas e jurídicas, bem como os questionamento pertinentes levantados pela equipe da consultoria e, o esclarecimento de dúvidas existentes por parte dos municípios.



Algumas reuniões se estenderam para dezembro e, no total, foram realizadas reuniões individuais com 21 municípios pois, um dos municípios que inicialmente havia optado em participar, decidiu não dar prosseguimento ao trabalho. Ao fim dessa etapa foram



entregues os relatórios parciais e as respostas dos questionamentos iniciais levantados pelo termo de referência, e, uma nova rodada de reuniões para esclarecimentos de dúvidas foi realizada com a participação dos prefeitos dos municípios.

No mês de dezembro, também foi realizado um webinar por videoconferência, intitulado "Apoio à decisão sobre a adesão às URAE's propostas pelo Governo do Estado de São Paulo". A roda de conversa foi mediada pela equipe da consultoria da EESC/USP, com a participação dos municípios, e exposição de Isadora Chansky Cohen (ICO Consultoria/ FGV) e de Marcela de Oliveira Santos (PBH ATIVOS S.A.). Os debates incluíram assuntos sobre a titularidade da prestação dos serviços de saneamento

para governança do bloco, como ficarão os serviços de saneamento municipais e seus recursos humanos, além dos impactos que esse passivo acarretará na sustentabilidade

econômica do município, bem como o esclarecimento de dúvidas. Ao final dos encontros, foi desenvolvido o relatório final da consultoria para avaliação da Secretaria Executiva, e agendada, para janeiro de 2022, a apresentação dos resultados obtidos aos associados. Além disso, foi proposta uma extensão desse trabalho, para um estudo científico de acompanhamento em alguns municípios, a ser avaliado pela diretoria.

Atividades complementares:

- Acompanhamento das novidades do setor de resíduos sólidos, incluindo a regulação dos serviços e os acordos setoriais de logística reversa.

No dia 30 de setembro foi realizado, virtualmente, o Encontro Técnico de Resíduos Sólidos, com o objetivo de debater “A Gestão dos Resíduos Sólidos e o Novo Marco Legal do Saneamento”, como parte da estratégia do Consórcio PCJ em esclarecer aos municípios sobre as novas legislações e seus impactos. Os palestrantes do evento foram o advogado especialista em Direito de Resíduos e Direito Ambiental, Fabricio Soler, a professora e pesquisadora associada à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Emília Rutkowski, e o diretor-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) e da Associação Internacional de Resíduos Sólidos (ISWA), Carlos Silva. Entre os tópicos abordados



pelos convidados, cabe destaque ao panorama geral da situação atual dos resíduos sólidos no Brasil, e as implicações do Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/20) na gestão de resíduos recicláveis e da logística reversa de embalagens. O encontro está disponível no canal do Youtube do Consórcio PCJ (<https://youtu.be/vd8PB0PdUHK>), e possui, até o momento, 257 visualizações.

- Reativação do Grupo de Perdas, com troca de experiências entre os municípios, visando a redução da média do índice de perdas hídricas nas Bacias PCJ.

As perdas hídricas se configuram como um grande desafio para o saneamento em todo o Brasil. Nas Bacias PCJ esse índice está em 37% na média, mas em âmbito nacional, muitas localidades, o índice é superior a 50%. Em períodos de escassez, esse tema é ainda mais impactante, pois, se configura como uma reserva estratégica de água que está sendo desperdiçada.

Desta forma, no dia 26 de agosto foi realizado o Encontro Técnico sobre Perdas Hídricas com o tema “*Impactos da Estiagem e do Novo Marco Legal do Saneamento na Gestão de Perdas*”.



Participaram como palestrantes: o coordenador de regulação da ARES-PCJ, Daniel Manzi, o gerente do Departamento de Planejamento Integrado da Região Metropolitana de São Paulo da SABESP, Meunim Rodrigues Oliveira Júnior, e o superintendente de Regulação de Serviços da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Alexandre A. Godeiro Carlos. Durante a discussão, foi abordado que, devido à nova legislação (Lei nº 14.026/2020), estão sendo elaboradas metas progressivas que pretendem reduzir as perdas hídricas nos serviços de abastecimento de todo o Brasil. E que, apesar dos desafios, uma vez que no Brasil existem dados muito díspares, é necessário um forte engajamento do setor de saneamento, principalmente no que tange ao planejamento e à execução. Outro tópico

abordado refere-se ao período de escassez hídrica ser propício para o debate, uma vez que as perdas configuram-se incrementos da disponibilidade hídrica, por isso, atuar nessa temática é significativo.

Sendo assim, o Grupo de Combate às Perdas do Consórcio PCJ, existente desde 1998, retornará com os encontros técnicos periódicos para debate sobre as perdas hídricas. O encontro também está disponível no canal do Youtube do Consórcio PCJ (<https://youtu.be/2Ycxr2kbC8Y>), e possui cerca de 200 visualizações.

SISTEMAS DE MONITORAMENTO DE ÁGUAS

Orientação: Manuelito Pereira Magalhães Junior (SANASA Campinas)

Coordenação: José Cezar Saad (Coordenador de Projetos)

Ação Prioritária:

- Acompanhamento dos impactos das mudanças climáticas na gestão do Sistema Cantareira e na disponibilidade hídrica nas Bacias PCJ, com a elaboração de cartilha de orientação e sensibilização.

O Sistema Cantareira é considerado um dos maiores sistemas de abastecimento do mundo e é o maior manancial produtor de água para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e para as Bacias PCJ, sendo responsável pelo abastecimento de mais de 10 milhões de pessoas. Dos 76 municípios pertencentes às Bacias PCJ, 18 são atendidos direta ou indiretamente pelo Sistema Cantareira, representando o abastecimento de cerca de 3,8 milhões de habitantes.

Visando a orientação e sensibilização da população sobre a importância do Sistema, foi desenvolvida a Cartilha *“Influências do clima no Sistema Cantareira: Cenários para 2021”*, que aborda sobre o funcionamento do Sistema Cantareira e os impactos das precipitações atuais na disponibilidade hídrica dos reservatórios para o ano de 2021. Por meio do monitoramento realizado pelo Consórcio PCJ, foi apresentado o histórico de comportamento das chuvas e das vazões de afluentes no sistema, além dos volumes atuais de armazenamento e os efeitos que os eventos climáticos podem ocasionar ao sistema. Também foram estabelecidas hipóteses para o comportamento do volume útil armazenado no Sistema Equivalente ao longo do de 2021.



Considerando diferentes fatores de análises, os resultados obtidos confirmaram que o sistema não atingiria os níveis recomendados de armazenamento até o final do ano de 2021. Além disso, os cenários evidenciaram a necessidade de ações de planejamento estratégico, urbano e rural, para maior retenção e armazenamento de água das chuvas no caso da incidência de estiagens mais severas ou prolongadas e, também, para minimizar os impactos causados em razão da ocorrência de precipitações muito volumosas, características marcantes dos efeitos dos eventos extremos.

Evento Técnico sobre Mudanças Climáticas

No dia 25 de maio foi realizado o webinar “*As Mudanças Climáticas e os Impactos na Gestão da Água e na Saúde do Planeta*”, com as participações do coordenador dos cursos de pós-graduação na área de saúde e meio ambiente do Centro Universitário Internacional (UNINTER), William Barbosa Sales; do professor do Instituto de Ciências



Atmosféricas da Universidade Estadual de São Paulo (USP), Humberto Ribeiro da Rocha; e da secretária executiva do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas e professora adjunta do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), Andrea Souza Santos. O evento foi transmitido em ambiente virtual e valorizou a importância do cuidado com o meio ambiente para próximas gerações e como os impactos causados por humanos podem influenciar a saúde da população. Dentre os assuntos que foram abordados, destaca-se: o desmatamento nos biomas Cerrado e Amazônia, e como ele pode influenciar diretamente no aumento da temperatura e na diminuição da

quantidade de chuva em alguns pontos do país; a crise climática que o planeta está vivenciando, ocasionada pela ocorrência de ilhas de calor e derretimento de calotas polares; e a importância de compreendermos os impactos ambientais para a coletividade. Todos os palestrantes evidenciaram a importância de haver medidas para amenizar impactos negativos no futuro. Entre os pontos levantados, está a questão de pensar no coletivo e não no indivíduo, sensibilizando as pessoas de que as ações de cada um têm ligação direta com o outro, o que caracteriza-se como um grande desafio em nossa sociedade. O Webinar está disponível no canal do Consórcio PCJ no Youtube (<https://youtu.be/GX-buC1l6yU>), e possui 200 visualizações.

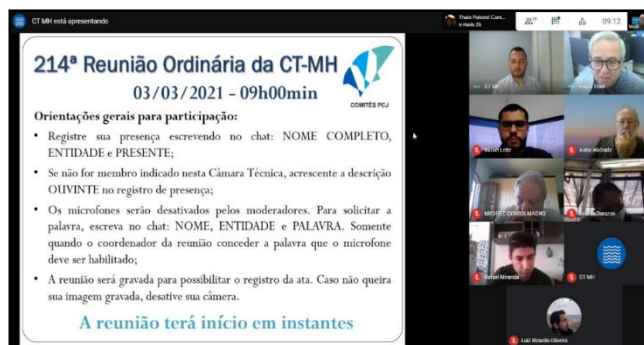
Atividades complementares:

- Participação e acompanhamento das ações da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, por meio da atuação nos grupos de trabalho.

Em 2021, as reuniões da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) foram realizadas por videoconferência, tendo o Consórcio PCJ participado ativamente em todas as reuniões, contribuindo para o debate sobre a manutenção da disponibilidade hídrica e segurança hídrica para abastecimento público nas Bacias PCJ, sendo esse o foco principal das discussões. Além disso, foram abordadas questões sobre a qualidade das águas dos rios que servem de manancial para o abastecimento público, com relatos dos usuários e

discussões de soluções, bem como, sobre a definição de regras operativas e adequações técnicas para a operação e manutenção de reservatórios, captações de água e efluentes líquidos.

O Consórcio PCJ também contribuiu para as apresentações da Sala de Situação, com dados e estudos técnicos desenvolvidos, além de atuar nas demandas que surgiram nos encontros. Como por exemplo, o caso da Represa da Usina em Atibaia (PCH Atibaia), em que foi identificado pelo DAEE um



problema na regularização da vazão do Rio Atibaia, influenciada por operações da barragem da usina desativada, e, por se tratar de um município associado, o Consórcio se colocou à disposição para atuar na questão, realizando a interlocução entre a Prefeitura de Atibaia, o DAEE e a Câmara Técnica. Como resultado da primeira reunião entre os interessados, foi sugerido à Prefeitura de Atibaia a contratação de um estudo técnico para indicar e sugerir as regras operativas da barragem visando evitar manobras inadequadas que influenciassem no sistema. A contratação foi efetivada e o estudo com a sugestão das regras de operação foi apresentado durante nova reunião.

Desse modo, à medida em que foram indicadas necessidades ou informadas as demandas dos municípios e empresas associados, que envolvessem temas relacionados à quantidade e qualidade da água nos mananciais, o Consórcio PCJ atuou encaminhando sugestões à coordenação da CT-MH para que, através da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, fossem adotadas medidas necessárias para a solução dos problemas enfrentados pelos associados.

Acompanhamento do GT- Previsão do Tempo

O Consórcio PCJ participou ativamente das reuniões realizadas durante o ano, por videoconferência. Os debates nessas reuniões tiveram como principal foco a avaliação dos serviços de previsão hidrometeorológica prestados pela SIMEPAR, em atendimento ao contrato firmado com a Fundação Agência das Bacias PCJ, para auxiliar na tomada de decisão quanto às liberações das vazões de jusante no Sistema Cantareira. Também foram discutidos assuntos técnicos, como: a análise de estudo e ações para melhoria do modelo de previsão hidrometeorológica para os postos fluviométricos “Atibaia-Buenópolis”; “Atibaia Captação Valinhos” e “Jaguari – Buenópolis”; a análise da influência causada por operações de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no serviço de previsão realizado pela SIMEPAR; e a análise das divergências do resultado observado para o posto “Atibaia-Valinhos” frente às previsões.

Acompanhamento do GT- Qualidade

Nesse ano de 2021 não foram realizadas atividades do GT- Qualidade; contudo, o retorno das atividades está previsto para o ano de 2022. Em dezembro de 2021 foi realizado apenas um encontro para elaboração do plano de trabalho do GT.

Acompanhamento dos GTs Redes e Aprimoramento

Em função da pandemia de Covid-19 entre os anos de 2020 e 2021, os referidos Grupos de Trabalho da CT-MH não realizaram reuniões.

Atendimento à imprensa

As Bacias PCJ sofreram com a estiagem em 2020, e, com as chuvas abaixo da média histórica, em 2021 os impactos se intensificaram. Assim, o Consórcio PCJ continuou com o seu papel na sensibilização e interlocução com a comunidade local, participando de diversas entrevistas junto aos veículos de comunicação regional (rádio, jornal impresso e televisão). A entidade também divulgou aos seus associados, por meio de Boletins Mensais de Disponibilidade Hídrica, o comportamento pluviométrico e as vazões registradas nos postos de monitoramento das Bacias PCJ e do Sistema Cantareira, bem como, a análise de possíveis cenários de disponibilidade hídrica, visando fornecer subsídios que facilitassem as tomadas de decisões dos municípios e empresas associados frente à intensificação da escassez hídrica. Esses boletins e informes divulgados aos associados também foram disponibilizados para a imprensa pela Gerência de Sensibilização e Comunicação do Consórcio PCJ. Dessa forma, fomos frequentemente requisitados a prestar declarações



sobre a situação hidrometeorológica e disponibilidade hídrica nas Bacias PCJ, realizando entrevistas para diversos rádios, jornais e canais de televisão. As informações prestadas foram sempre baseadas nos estudos e no monitoramento das águas de nossas bacias hidrográficas e,

muitas vezes, apresentados pela mídia para facilitar a compreensão do público em geral.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Coordenação Geral: Francisco Carlos Castro Lahóz

Responsável: Jussara Cordeiro Santos (até dez/2021)

Apoio: Silmara Nonato

Em complemento a todas as atividades realizadas, foram executadas uma série de ações administrativas e financeiras que dão suporte e estão interligadas a sustentabilidade dos 10 Programas de Atuação da Entidade, a destacar:

- Desempenhar as rotinas administrativas e financeiras de forma transparente visando atender e informar ao associado, conselhos e demais interessados, o andamento da gestão administrativa e financeira da entidade, através de elaboração de demonstrativos financeiros, contratação de Auditorias Externas, publicação de informações importantes no site da entidade, dentre outros instrumentos;

Apesar do período de pandemia, todas as obrigações de prestação de contas ao TCE/SP, sistema AUDESP – Fases III e IV, registro de documentos no Cartório de Notas foram devidamente realizados e oficializados, bem como as informações de editais, contratos firmados, Relatórios dos órgãos fiscalizados e da Auditoria Externa foram publicados no site do Consórcio PCJ na seção Transparência.

- Promover a sinergia dos departamentos administrativo e jurídico com a finalidade do atendimento às Instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

- Promover a sinergia dos departamentos administrativo e jurídico para dar apoio nas informações para elaboração de instrumentos de contrato e outros documentos necessários;

Mantivemos a rotina de troca de informações e atualizações entre os departamentos técnico e administrativo, proporcionando contratações exitosas tanto em seus custos como no atendimento a expectativa de produtos obtidos através de Editais e Termos de Referência eficientes.

- Interlocução permanente com as prefeituras (Francisco Lahóz) e empresas (Jussara Cordeiro) associadas;

A interlocução com associados gerou confiança, segurança e troca de experiências. Sendo assim, foi possível realizar contratações que atendessem tanto aos anseios e necessidades das gestões públicas quanto das iniciativas privadas. A avaliação de sucesso é medida através da adimplência dos associados que, em 2021, foi de 100%.

As atividades relatadas pela equipe técnica nesse relatório comprovam a interlocução promovida e apoiada pela Secretaria Executiva.

- Atualização dos contatos pertinentes a atuação da entidade, com observância à Lei Geral de Proteção de Dados;

Em observância a nova legislação, em 2021 foi contratada pela Secretaria Executiva, empresa especializada para prestação de serviços de levantamento e mapeamento de processos e sistemas que tratam dados pessoais visando à construção de programa de conformidade à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e elaboração de Política de Privacidade, no âmbito de atuação do Consórcio PCJ. A empresa fornecerá subsídios para mapeamento de fluxo de dados, elaboração de políticas, criação de inventário de dados, dentre outros processos e documentos. Em 2022 será iniciada a implantação dos sistemas de controle, fluxo e atendimento a legislação pelo Consórcio PCJ.

- Organização de reuniões dos Conselhos, previstas em Estatuto, para atendimento a legislação e burocracia vigentes;

Em 2021 foram realizadas reuniões de diretoria, reunião de diretoria conjunta a reunião de empresas para a organização das eleições da Diretoria do Consórcio PCJ – Biênio 2021/2023, bem como duas reuniões de Conselho de Consorciados.

Foi realizada a 88ª Reunião Ordinária e 28ª Extraordinária, que além de eleger a nova diretoria, atualizou o estatuto da entidade prevendo inclusão de colaboradores responsáveis aptos a movimentação financeira em caso de impedimento dos atuais responsáveis e autorizou a realização de eventos e reuniões em ambiente virtual, proporcionando assim segurança jurídica nas deliberações dos associados.

- Acompanhar os Programas de Controles pertinentes as rotinas de gestão de pessoal.

Em 2021, por orientação da diretoria, foi realizado Processo Seletivo Público para vagas nos departamentos administrativo e técnico, visando assim o reforço no time de colaboradores para atendimento aos associados, a burocracia e legislações vigentes

CONCLUSÃO

O presente Relatório de Atividades, elaborado pela Secretaria Executiva, demonstra que, ao longo do ano de 2021, o Consórcio PCJ desenvolveu diversos projetos e ações voltados à Gestão dos Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Saneamento, atendendo todas as demandas e ações prioritárias de seus Programas, tendo como base o Plano de Atuação 2021/2023 aprovado pelo Conselho Diretor.

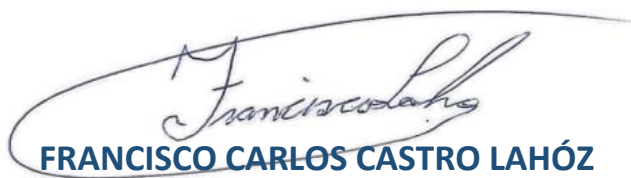
Em 2021, a pandemia do COVID 19 atingiu toda a região, conjuntamente com uma das piores estiagens de todos os tempos, fazendo com que as instituições se adequassem a nova realidade imposta de isolamento social, sem deixar de promover o enfrentamento da escassez hídrica. Vieram, também, novidades na Política do Saneamento, no universo de inúmeros outros desafios.

O Consórcio, manteve-se atuante e defendendo os interesses de seus associados em eventos e reuniões virtuais. Como reconhecimento de sua importante atuação, o Consórcio PCJ foi convidado e participou ativamente de diversos eventos e encontros nacionais e internacionais sobre água e meio ambiente.

A Entidade fomentou a sensibilização ambiental junto aos municípios e empresas associados, alertando-os sobre a problemática da água nas Bacias PCJ e a ocorrência cada vez maior de eventos climáticos extremos.

Ao longo do ano a entidade sempre esteve na busca por soluções inovadoras para as Bacias PCJ, o Consórcio PCJ assumiu papel de grande importância regional, fortalecendo e difundindo propostas e projetos que visam garantir segurança hídrica, sustentabilidade da economia regional e qualidade de vida para sua população, tendo como destaque, durante a estiagem, a divulgação de “Notas de Alerta” sobre o uso sustentável da Água e a publicação de “Guias e Medidas” para contingenciamento dos eventos extremos.

A instituição também articulou e defendeu os interesses de seus associados junto aos gestores e autoridades Estaduais e Federais, garantindo a representação regional em todas as esferas de poder, com ao incentivo a construção dos reservatórios regionais, implementação do Plano de Bacias 2020/2035, articulações sobre o Sistema Adutor Regional e destaque ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que apesar da pandemia e redução de vagas para a sociedade civil neste órgão colegiado, a Entidade se manteve atuante e fortalecida. A perspectiva para 2022 é de que o Consórcio PCJ continue se destacando na busca de garantias para a sustentabilidade hídrica da região, assim como em seu papel de articulador para promoção dos interesses das Bacias PCJ.



FRANCISCO CARLOS CASTRO LAHÓZ
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSÓRCIO PCJ